



Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

UC/FPCE_2010

Violência conjugal: representações sociais e atribuições numa amostra de Estudantes de Psicologia do Mestrado Integrado.

Liliana Susete Maia Paiva (e-mail: liliana_maiapaiva@hotmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde (área de sub-especialização em Psicologia Sistémica, Saúde e Família) sob a orientação da Professora Doutora Isabel Alberto

Violência conjugal: representações sociais e atribuições numa amostra de Estudantes de Psicologia do Mestrado Integrado

Resumo: O presente estudo teve como objectivo principal identificar as representações sociais da violência conjugal, numa amostra de estudantes de Mestrado Integrado em Psicologia, a frequentar o primeiro e quinto anos. Foi administrado um protocolo de investigação que incluía o Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS); a Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal (ECVC) e o Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR). Os resultados revelam que, embora os níveis globais de legitimação sejam baixos, os estudantes do primeiro ano demonstram atitudes mais tolerantes face à violência na conjugalidade. Na análise dos factores de activação, manutenção e resolução que os estudantes crêem fazer parte da dinâmica dos comportamentos violentos, verificou-se que as causas são atribuídas ao agressor e a factores sociais e culturais, enquanto a manutenção dos abusos é tida como responsabilidade da vítima. Como factores de resolução, ressaltaram a sensibilização/educação dos jovens nas escolas, a denúncia e a protecção da vítima e dos filhos.

Palavras-chave: Violência conjugal, Representações sociais; Factores de activação; Factores de Manutenção; Factores de Resolução

Conjugal violence: social representations and attributions in a sample of students of Psychology Master Degree

Abstract: The present study aims to identify the social representations of conjugal violence in a Psychology Masters Degree sample of students attending to first and fifth years. Was administered a research protocol that included the Conjugal Violence Questionnaire – Stories (QRVC-HIS), the Scale of Beliefs about Conjugal Violence (ECVC) and Conjugal Violence – Causes, factors of maintenance and resolution (QVC-CMR). The results reveal that even though the global legitimating levels are low, first year students reveal a more tolerant attitude towards conjugal violence. Analyzing the activation factors, maintenance and resolution, that students believe to be part of violent behavior dynamics; we verified that the principal cause is attributed to the aggressor and cultural/social factors, whilst the abuse maintenance is thinking as victims'

responsibility. As resolution factors, were stressed the awareness/education of young people at schools, the deletion and protection of both, victim and children.

Key-words: Conjugal violence, Social representations; Activation factors; Maintenance factors; Resolution factors.

Agradecimentos

As minhas palavras de agradecimento vão para todos aqueles que comigo partilharam este percurso e sem os quais este não seria possível. Ficarei eternamente grata por fazerem de mim a pessoa que hoje sou.

À Professora Doutora Isabel Alberto pela orientação, ensinamentos, conselhos e suporte.

A todas as Professoras da sub-área de Sistémica, Saúde e Família pelos ensinamentos e por terem feito crescer em mim o gosto pela Psicologia e pela Sistémica.

Aos meus pais pelo amor incondicional, sacrifício, carinho, apoio, confiança e por me ensinarem que os sonhos se tornam possíveis, quando acreditamos ser capazes de os realizar.

À Rute pela aprendizagem, amizade, sorrisos, apoio, crescimento e por tudo o que vivemos ao longo deste ano. As recordações são muitas, as saudades infindáveis e as palavras nunca serão suficientes para descrever o quão és importante, o quão deixaste em mim.

À Célia pela amizade, apoio, carinho, confidências e sabedoria partilhadas ao longo destes cinco anos. Estarás sempre no *ranking* e no meu coração.

À Marlene e à Patrícia pelos anos incontáveis de amizade, partilha, apoio e por estarem sempre onde e quando preciso. Por me terem ensinado que o importante não é a distância que nos separa, mas sim a amizade que nos une.

A ti Luís pelo apoio, carinho, amor e paciência. Por seres tu, por existires, por sermos nós.

A todas as minhas amigas por tudo o que vivemos, partilhamos e crescemos.

Índice

Introdução	1
I – Enquadramento conceptual	2
1.1. Formação do casal.....	2
1.2. Violência conjugal	2
1.3. Modelos explicativos da violência conjugal:	5
1.4. Representações sociais em torno da violência conjugal:.....	9
II - Objectivos	11
III - Metodologia	11
3.1. Descrição da amostra	11
3.2. Instrumentos	14
3.2.1. Questionário de violência conjugal – Histórias.....	15
3.2.2. Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal:	16
3.2.3. Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC – CMR)	18
3.3. Procedimentos estatísticos	19
IV- Resultados	20
4.1. Representações sociais em torno da violência conjugal.....	20
4.2. Causas, factores de manutenção e factores de resolução da violência conjugal	21
4.3. Influência das Variáveis sócio-demográficas nas representações sociais em torno da violência conjugal:	26
V - Discussão	28
5.1. Representações sociais em torno da violência conjugal.....	28
5.2. Causas, factores de manutenção e factores de resolução da violência conjugal	30
5.3. Variáveis sócio-demográficas e crenças em torno da violência conjugal .	34
Limitações do estudo.....	35
Sugestões para pesquisas futuras	35
VI - Conclusões	36
Bibliografia	38
Anexos	44

Introdução

Habitualmente pensamos na família como um espaço para a elaboração e aprendizagem de um sem número de dimensões significativas (Alarcão, 2006), onde se vão co-construindo aprendizagens, vivências, experiências e narrativas fundamentais à realização afectiva e emocional. Não obstante, vários estudos destacam a instituição familiar como sendo, também, uma das mais violentas: afectividade e violência podem coexistir no seio das relações familiares, nomeadamente na relação conjugal (Alexander, 1993; Casimiro, 2002; Lourenço, Lisboa, & Pais, 1997). A violência na família tem vindo a adquirir uma visibilidade cada vez maior, assistindo-se à percepção pública dos comportamentos violentos como um problema de uma grande complexidade e extensão (Matos & Machado, 1999, como citado em Matos, 2003). Em Portugal, desde a década de 80 que se tem assistido à criação de várias instituições públicas e privadas que têm como objectivo responder às vítimas de violência, como por exemplo a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). A investigação também tem aumentado, existindo, actualmente, três orientações na pesquisa nacional sobre a violência na conjugalidade: a que se centra na sua extensão; a que procura compreender as dinâmicas relacionais e psicológicas que a envolvem e a que procura compreender o impacto que esta tem sobre a vítima e sobre terceiros (Machado, Matos, & Moreira, 2003).

Apesar da maior visibilidade do fenómeno, a violência conjugal parece ser ainda frequentemente banalizada, existindo um conjunto de crenças que a legitimam, não apenas entre a população geral, mas também entre os profissionais. Tendo subjacente que as representações sociais influenciam as narrativas e se repercutem nas acções, importa identificar as que estão presentes nos estudantes de Psicologia e que poderão influenciar a sua actividade profissional futura. Sendo a violência familiar abordada ao longo da sua formação, interessa também compreender até que ponto esta tem influenciado as representações acerca do fenómeno, centrando-se assim o nosso estudo em estudantes de Psicologia a frequentar o primeiro e o quinto anos do Mestrado Integrado.

I – Enquadramento conceptual

1.1. Formação do casal

O casal surge quando duas pessoas desejam prolongar uma relação no tempo e se comprometem com ela (Relvas, 1996), sendo que o que activa a atracção por alguém são as semelhanças existentes entre a pessoa e nós, ainda que ela pareça ser o nosso oposto (Skinner & Cleese, 1983).

Nenhum casal inicia uma relação a partir do zero e quando alguém se casa leva na bagagem as heranças familiares e as representações que foi construindo acerca da vida pessoal, conjugal e familiar, que serão conjugadas com as do parceiro (Alarcão, 2006), sendo que a configuração dos papéis e regras da relação surge de forma circular ao longo do tempo (Andolfi, 2002).

O sistema conjugal complexifica-se à medida que se vai desenvolvendo, transformando-se com a modificação dos papéis familiares e profissionais (Lourenço, 2006). O equilíbrio de poder entre o casal, também constitui um aspecto fundamental na organização do sistema conjugal (Goldner, 1988, como citado em Andolfi, 2002). Sendo uma organização flexível que cria as suas próprias regras, influenciado pelas possibilidades do presente e orientado para o futuro, o casal surge, simultaneamente, como uma estrutura forte e frágil (Caillé, 1991). Quando se encontra em crise¹ os elementos do casal substituem os “óculos cor-de-rosa” com que se olhavam no início da relação, pelas lentes da sua própria mágoa e raiva (Fishbane & Scheinkman, 2004; Wile, 2002, como citado em Barbaro et al., 2008).

Actualmente, a metáfora do “amor cego” dá lugar ao “amor prudente”, em que é necessário manter uma porta aberta para sair da relação, enquanto se tenta construí-la (Andolfi, 2002).

1.2. Violência conjugal

As pessoas recorrem à violência por várias razões: para conseguir vingança ou justiça, para promoverem a sua auto-estima, para se defenderem

¹ O estudo dos problemas de relacionamento tem mais de 70 anos (Storaasli & Markman, 1990), sendo que os problemas de comunicação, a intimidade sexual, o dinheiro, os filhos, os amigos, bem como as famílias de origem constituem os problemas que mais colocam desafios ao casal (Miller, Yorgason, Sandberg, & White, 2003).

perante as ameaças ou para influenciar ou controlar o comportamento dos outros (Felson & Messner, 2002).

Alexander (1993) define os maus-tratos como algo que acontece quando o marido, companheiro ou coabitante inflige danos físicos sobre a sua esposa ou companheira. No entanto, esta definição apenas se aplica a relações heterossexuais. Nos discursos diários e até mesmo a nível científico, focaliza-se a violência conjugal na relação homem - mulher, negligenciando-se a violência nos casais homossexuais (Johnson & Ferraro, 2000) ou com agressores femininos e vítimas masculinas. Os autores divergem, entre aqueles que apresentam este problema como sendo perpetrado no masculino e sofrido no feminino, e aqueles que não relatam diferenças significativas entre os dois géneros. A maioria dos estudos aponta os homens como os protagonistas na violência conjugal, no entanto se tal é válido no que respeita à violência severa (Winstead, Derlega, & Rose, 1997), o mesmo não acontece relativamente a formas de violência mais pequena como atirar objectos, insultar, dar bofetadas, etc. (Straus, Kantor, & Moore, 1997).

Para Walker (1994, como citado em Matos, 2003), a violência conjugal apresenta-se como um padrão de controlo coercivo² que envolve o exercício de poder e domínio. Os comportamentos violentos podem ser esporádicos ou crónicos, podendo ocorrer num certo período de tempo ou durante várias décadas. Johnson (2005) distingue três tipos de violência conjugal: a que tem como objectivo exercer o controlo sobre o parceiro; a que procura responder à tentativa de controlo e a que surge em resposta aos conflitos entre o casal. Por sua vez, Costa (2005) define a violência conjugal como sendo a que ocorre num relacionamento conjugal, entre dois parceiros que coabitam, casados ou não, aceitando que os papéis do agressor e da vítima são intermitentes, sendo que ambos podem agredir.

Quando existe violência recíproca, assiste-se a uma simetria de força física e psicológica entre o casal (Alarcão, 2006) em que a violência pode acarretar o uso intencional da força ou intimidação contra outrem, coagindo-o ou causando-lhe danos físicos, podendo fazer-se acompanhar por violência

² O Controlo coercivo é definido como um padrão que se caracteriza pelo uso de ameaças, intimidação, isolamento e abuso emocional, bem como pelo controlo da sexualidade, da vida social, dos recursos materiais e de diversos elementos da vida quotidiana (ex. limpezas, compras, etc.) (Stark & Flitcraft, 1996, como citado em Swan, Gambone, Caldwell, Sullivan, & Snow, 2008).

Violência conjugal: representações sociais e atribuições numa amostra de Estudantes de Psicologia do Mestrado Integrado.

Liliana Susete Maia Paiva (e-mail: liliana_maiapaiva@hotmail.com) 2010

emocional ou psicológica³ que pode ter consequências mais profundas do que a vitimação física (Gelles, 1997, como citado em Matos, 2003). A violência aumenta ainda o risco a longo prazo de vários problemas de saúde, incluindo dores crônicas, depressão, incapacidade física e o abuso de drogas e álcool (Heise et al., 1999, como citado em Alhabib, Nur, & Jones, 2010).

Segundo Walker (1979, como citado em Browne & Herbert, 1997) o ciclo da violência acontece em três fases: a fase de acumulação da tensão, caracterizada pela existência de pequenos episódios de confronto que aumentam o acumular de ansiedade e hostilidade; a fase do episódio agudo que corresponde à explosão da violência e, por fim, a fase de lua-de-mel surgindo o arrependimento, com um pedido de desculpas e a promessa de que tal não voltará a ocorrer. No entanto, com o tempo recomeçam os episódios de acumulação de tensão e reinicia-se o ciclo⁴. Assim, a violência manifesta-se de forma ritualizada: uma determinada cena repete-se de forma quase idêntica, assistindo-se, habitualmente, a uma antecipação e quase a uma preparação da sequência violenta (Perrone & Nannini, 1997). Para a perspectiva sistémica, descobrir as sequências interacionais, as complementaridades e os padrões simétricos que levam a uma escalada afectiva, seria uma importante ferramenta para quebrar este ciclo (Greenspun, 2000). No que respeita ao aumento da intensidade da violência, pode assistir-se a agressões físicas e psicológicas/emocionais, isolamento social, intimidação e ameaças, violação e controlo económico (Johnson, 1998; Antunes, 2003; Matos, 2003; Dias, 2004; Alarcão, 2006; Machado, Matos, & Gonçalves, 2007; Neves, 2008; Swan et al., 2008).

Apesar da maior visibilidade deste fenómeno, os estudos de prevalência da violência conjugal são bastante escassos, assistindo-se no entanto, a partir da década de 90, a um crescente número de trabalhos de

³ Importa enfatizar a desqualificação e a traição conjugal. A traição conjugal nega o lugar que a pessoa gostaria de ocupar, bem como a parcela que gostaria de ser, deixando-a sem uma parte da sua identidade e história. Por sua vez, a microviolência corresponde ao discurso desqualificador que anula o outro, tanto no seu discurso verbal, como no seu comportamento (Alarcão, 2006).

⁴ O Ciclo da Violência Conjugal dificulta muito as tomadas de decisão da mulher vítima, pois se por um lado ela vive fases muito dramáticas, por outro estas intercalam-se com fases “gratificantes”, fazendo-a acreditar e tentar novamente o projecto de vida idealizado. Este ciclo caracteriza-se pela sua repetição sucessiva, podendo ser cada vez menores as fases da tensão e do apaziguamento e cada vez mais intensa a fase do ataque violento (Pais, 1998, como citado em APAV, 1999).

Violência conjugal: representações sociais e atribuições numa amostra de Estudantes de Psicologia do Mestrado Integrado.

investigação sobre a prevalência e dimensão do fenómeno. Dirigido por Lourenço et al. (1997) surge o primeiro estudo representativo da amostra portuguesa acerca da vitimação feminina. Constituído por uma amostra de 1000 mulheres residentes no continente com uma idade superior a 18 anos, 50,7% das interrogadas mencionaram ter sido alvo de abuso psicológico, 28,1% de vitimação sexual, 14,1% de discriminação sociocultural e 6,7% de abuso físico. Steinmetz (1980) dedicou-se ao estudo do “homem batido” verificando que a violência tem uma frequência idêntica para os dois sexos, embora no homem seja menos conhecida, porque é menos denunciada e também não é objecto de estudo nas pesquisas existentes.

Os anos 90 acarretaram uma expansão de informações sobre a violência em diferentes tipos de relacionamentos, existindo, actualmente, um aumento de literatura sobre violência no namoro⁵ e uma crescente literatura sobre a violência nas relações familiares. Os esforços educacionais da comunidade académica, dos órgãos governamentais e dos meios de comunicação, têm tido um papel importante na sensibilização do público para a prevalência do fenómeno (Levine, 1986). A visão dominante mudou e as mulheres em relacionamentos abusivos deixaram de ser vistas como vítimas, para começarem a ser entendidas como "sobreviventes". De facto, estas pensam em formas de escapar, de acabar com a violência, bem como em formas diferentes para lidar com o que lhes está a acontecer (Ferraro, 1997, como citado em Johnson & Ferraro, 2000).

1.3. Modelos explicativos da violência conjugal

Existe uma grande diversidade de factores que é apontada por vários autores como contribuindo para o aparecimento, manutenção e resolução das agressões nas relações conjugais, que se centram no agressor, na vítima, no contexto sócio-cultural ou familiar, bem como na interacção entre vários destes elementos e níveis contextuais (Lempert, 1996).

⁵ A investigação tem demonstrado que os casamentos abusivos são muitas vezes precedidos de relações de namoro em que já existia violência (Matos, 2002). Cano et al. (1998) concluíram que a violência tende a surgir quando os jovens ainda frequentam a escola secundária (como citado em Machado, Caridade, & Martins, 2010). Assim, a violência nas relações de namoro é considerada um preditor fundamental da violência conjugal (Machado et al., 2003).

As *perspectivas intra-individuais* focam-se nas características individuais do agressor (Hamberger & Hastings, 1986; Cranwell et al., 2007; Caetano, Vacht, & Ramisetty-Mikler, 2008) ou na personalidade da vítima (Gayford, 1983; Snell, Rosenwald, & Robey, 1964, como citado em Hydén, 1995). Nesta perspectiva procura-se compreender o que poderá levar os homens a maltratar as esposas e estas a suportarem os maus-tratos. Numa análise individual, o agressor usa a violência para controlar e dominar a parceira, e possui determinadas características psicológicas que o tornam susceptível para agredir (Walker, 1984, como citado em McKeel & Sporakowski, 1993). O abuso de álcool ou drogas, constitui uma das referências mais comuns no uso da violência, no entanto esta também está presente em situações em que não existem consumos (Campbell & Landerburger, 1995, como citado em Matos, 2003). Outro argumento que surge é o de que o cônjuge, quando agride, está a ventilar frustrações sentidas para com outras pessoas com as quais não sabe lidar (Hamberger & Hastings, 1986; Caetano et al., 2008).

As *perspectivas diádicas-familiares* centram-se nas interações como base dos comportamentos de agressão e de vitimação (Campbell & Landerburger, 1995, como citado em Matos, 2003). Destaca-se a teoria intergeracional da violência em que a família é compreendida como uma entidade onde os indivíduos podem aprender a recorrer a registos agressivos para gerir as relações, bem como valores morais que validam estes comportamentos (Straus et al., 1994; Rapoza & Baker, 2008). No entanto, se esta constatação pode ser válida para os homens, o mesmo não acontece em relação às mulheres, pois não é claro em que medida as mulheres que na infância viveram situações de maus-tratos se tornarão, em adultas, violentas (Widom, 1989; Straus et al., 1994; Caetano et al., 2008). Ou seja, estas cadeias de determinação não são lineares, uma vez que um *background* violento não determina sempre um adulto violento, se existirem outros factores de mediação (Browne & Herbert, 1997; Matos, 2003; Dias, 2004).

Diversos autores centram-se, também, nas razões que levam a mulher a manter ou a abandonar a relação. Também neste ponto não existe consenso e as razões que fazem com que uma mulher se mantenha ou abandone o cônjuge, constituem uma questão teórica em permanente discussão. Neste sentido, Alexander (1993) verificou que as razões que fazem com que uma

mulher permaneça ou abandone o relacionamento violento são quase as mesmas. Em ambos os casos, as razões de ordem pessoal constituem o principal motivo (42,6%); seguindo-se a existência de filhos (29,5%); as razões económicas (13,5%) e, por fim, aparecem as sexuais (4,8%).

Na *abordagem sócio-cultural*, a violência é explicada pela premissa de que os homens devem exercer o poder e a autoridade, podendo recorrer ao uso da força para manter o domínio (Gondolf & Hannekin, 1987; Edleson & Tolman, 1992; Healey et al., 1998, como citado em Cranwell et al., 2007). Jacobson e Gottman (1998), enfatizam o medo como sendo a principal característica definidora das relações violentas, pois "Sem medo, não há controlo. Para nós, o medo tornou-se um barómetro do controle" (como citado em Greene & Bogo, 2002, p. 82). Os homens usam a violência como forma de obter controlo, em parte, porque cresceram numa sociedade em que existe a crença de que estes devem ser o elemento dominante na família (Dobash & Dobash, 1998; Felson, 2002; Neves, 2008).

Os maus-tratos à mulher são percebidos como actos sociais resultantes do processo normativo de socialização masculina (Hanmer e Maynard, 1987; Radford, 1987; Sheffield, 1989; Valentine, 1990, como citado em Lempert, 1996). Quando o marido possui um estatuto socio-económico inferior, a violência pode surgir como uma forma de domínio sobre a companheira (Matos, 2003).

Numa *perspectiva feminista*, a violência conjugal é entendida como um problema de dominação e controlo masculino. As feministas alegam que a identidade de género inquieta a sociedade patriarcal, delimitando um acesso diferente ao poder dentro da família (Bograd, 1984; Dell, 1989; Goldner et al., 1990, como citado em Greenspun, 2000), destacando as estruturas sociais que encorajam e perpetuam a dominação dos homens sobre as mulheres, como sendo a primeira causa de violência conjugal (APAV, 1999). Esta perspectiva traz um grande contributo para a compreensão da violência conjugal, realçando a questão do poder e enfatizando a necessidade de dar voz às vítimas (Walker, 1994, como citado em Matos, 2003). Ao ser violento, o homem experiencia um sentimento de poder e controlo sobre a sua companheira (Sugarman & Frankel, 1996; Dobash & Dobash, 1998). Contudo, esta perspectiva não explica as razões pelas quais apenas alguns homens exercem o poder patriarcal, negligenciando também a tentativa de

compreender porque é que algumas mulheres exercem, de forma semelhante, um poder desigual sobre crianças, idosos e homens (Costa, 2005).

A *perspectiva sistémica* salienta o valor comunicacional no equilíbrio intra e inter sistémico da violência conjugal. Perrone e Nannini (1997) definem quatro premissas fundamentais: a violência é um fenómeno interrelacional; todos os envolvidos no fenómeno são “responsáveis”; todo o indivíduo adulto é responsável pela sua segurança e, se não o fizer, está a contribuir para os comportamentos violentos; todo o indivíduo pode ser violento. Os autores concluíram que existem duas formas distintas de violência intrafamiliar: a violência agressão e a violência castigo. A violência agressão está associada às relações simétricas, ocorrendo a escalada simétrica que se manifesta numa troca de agressões: ambos os cônjuges reivindicam a sua pertença, num mesmo *status* de força e de poder. Por sua vez, a violência castigo está relacionada com uma relação complementar, existindo uma desigualdade no estatuto de cada um dos indivíduos, tendo o comportamento violento uma orientação unilateral: o emissor acha que deve agir violentamente e o receptor conforma-se com este tipo de relação. Obedecendo a uma ordem prioritária resultante das sequências circulares, de interações e de mensagens repetitivas trocadas entre várias pessoas implicadas no processo, a violência ultrapassa os limites do território do próprio e do outro, invade a relação e acarreta vários sentimentos confusos (Perrone & Nannini, 1997). Assim, os teóricos sistémicos defendem que ambos os cônjuges estão envolvidos nas interações violentas e partilham a responsabilidade pela relação em que ocorre o abuso (McKeel & Sporkowski, 1993).

A abordagem sistémica considera, também, que o contexto sócio-cultural pode potenciar a aprendizagem de violência e alimentá-la devido ao *double-bind* criado por mensagens contraditórias, tais como a igualdade de sexos e a ideologia patriarcal em que o homem é considerado superior à mulher (Alarcão, 2006). Num contexto intra ou inter-individual, a violência surge nos momentos em que os elementos do casal necessitam de ser confirmados nos seus papéis, activando momentos em que a negociação é impossível, o que o outro diz não é credível e surge o acto violento (Szwarcstein, 1997, como citado em Alarcão, 2006). A perspectiva sistémica releva a causalidade circular nos problemas de violência, considerando-os

como um assunto íntimo de relacionamento entre os parceiros, em que ambos contribuem para a escalada de conflitos (Greene & Bogo, 2002), englobando as características individuais e as representações sócio-culturais que poderão legitimar o comportamento violento, ou pelo contrário dissuadi-lo.

1.4. Representações sociais em torno da violência conjugal

Quando falamos de violência conjugal importa reflectir acerca dos significados, crenças e valores que a legitimam e sustentam. Porto (2006) considera que a perspectiva analítica das Representações Sociais, permite captar os significados que os protagonistas da violência atribuem às suas práticas, não esquecendo o sistema (ambiente, contexto, estruturas, situação) onde os comportamentos violentos ocorrem, chamando a atenção para os dois lados deste fenómeno: o dos contextos que dificultam ou facilitam a violência; e aquilo que a sociedade e as pessoas, em particular, representam ou consideram como sendo violência.

As representações sociais são um “universo de opiniões” (Moscovici, 1972), modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto em que vivemos (Moscovici & Jodelet, 2001, como citado em Porto, 2006 & Spink, 1993). Alimentam-se das teorias científicas, dos eixos culturais, das ideologias, das experiências e das comunicações quotidianas, constituindo um conjunto de conceitos e explicações criados no dia-a-dia através da comunicação interindividual. Integram os mitos e as crenças e são caracterizadas como a versão do senso comum (Moscovici, 1972; Arruda, 2002). Formam e orientam os comportamentos e interacções humanas, auxiliam a resolução de problemas e modelam as relações sociais (Moscovici, 1961, como citado em Vala, 2004).

No estudo dos significados e representações sociais acerca dos comportamentos violentos na relação de casal, Lourenço et al. (1997) verificaram que as mulheres com mais idade, dos estratos sociais mais baixos e dos meios rurais, têm mais dificuldade em percepcionar certos actos como violência, sendo mais imediatistas em determinar as suas causas e no seu combate do que as mulheres mais novas, de estratos sociais mais elevados e dos meios urbanos. Tal constatação empírica sugere que, apesar

das recentes modificações dos Direitos das Mulheres e da igualdade para os sexos, as mulheres não defendem os seus direitos, resignando-se a situações de desigualdade que elas próprias consideram como naturais. Os autores identificaram, ainda, dois tipos de percepção da violência contra as mulheres: um mais centrado em aspectos concretos e difundidos nos órgãos de comunicação social, atribuindo as causas à violência no geral, ao crime e a factores económico-sociais (e.g. a crise económica, a pobreza, o desemprego, a droga, o álcool e a ineficácia da autoridade); e outro definido por uma percepção mais abstracta e complexa, ao nível do relacionamento das diversas componentes, em que sobressaem causas como a formação sociocultural (principalmente dos homens), a discriminação de que as mulheres são vítimas, bem como problemas psicológicos.

Douglas e Strom (1988) mencionam que as mulheres abusadas desenvolvem um conjunto de crenças distorcidas, que se dividem em três categorias: as que são desenvolvidas antes do envolvimento com um parceiro abusivo e que as torna vulneráveis à violência; as que emergem como resultado da experiência abusiva; e, as que surgem como consequência dos efeitos negativos da violência. Estas crenças distorcidas repercutem-se na capacidade das mulheres de controlarem as suas vidas de forma eficaz (Webb, 1992). Nesta linha de ideias, Perrone e Nannini (1997) advogam que os sistemas de crenças identificados nos casos de violência contêm muitos modelos formais e idealizados acerca de como deve ser uma boa família, dos papéis familiares, de como deve ser uma boa mãe, etc.

A denúncia de um problema silenciado durante séculos veio marcar uma nova viragem na história da família, ao contestar a desigualdade de direitos entre sexos e ao colocar em causa a utópica proeminência do poder do homem em detrimento do poder da mulher (Neves & Nogueira, 2004). Mais do que um problema individual, a violência conjugal constitui um problema social (Walker, 1991) que activa uma grande variedade de significados: algumas pessoas atribuem a culpa às vítimas, outros aos agressores, e outros culpam ambos os cônjuges. As vítimas podem ser vistas com indiferença, hostilidade ou compaixão, dependendo da crença que cada indivíduo possui acerca da violência. Muitas pessoas acreditam que o abuso não é grave, que as vítimas são responsáveis pelos maus-tratos e que merecem pouca simpatia e assistência (Rossi, Waite, & Berk, 1974; Shodand

& Straw, 1976, como citado em Saunders et al., 1987).

II - Objectivos

As representações em torno da violência conjugal assumem um papel fundamental na conduta das pessoas, reflectindo-se nas atitudes e comportamentos adoptados perante situações de violência. Neste sentido, pretendemos, neste estudo, identificar as representações actuais que futuros profissionais de psicologia, especificamente estudantes do primeiro e quinto anos, possuem acerca da violência conjugal, das suas causas, factores de manutenção e de resolução.

Como objectivos específicos emergem:

- identificar se existem diferenças entre os alunos do primeiro e o quinto anos relativamente a essas representações;
- analisar se as variáveis sócio-demográficas influenciam as representações sociais acerca da violência conjugal.

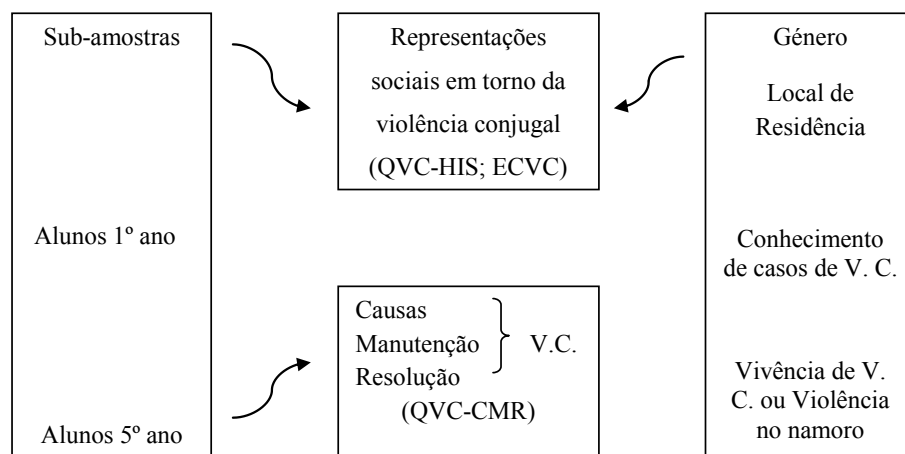


Figura 1. Desenho da Investigação

III - Metodologia

3.1. Descrição da amostra

Na recolha de dados para o presente estudo, recorreremos a um processo de amostragem não-probabilística por conveniência (Maroco, 2007). Constituída por um total de 223 sujeitos, a amostra foi recolhida entre Novembro de 2009 e Abril de 2010.

Violência conjugal: representações sociais e atribuições numa amostra de Estudantes de Psicologia do Mestrado Integrado.

Liliana Susete Maia Paiva (e-mail: liliana_maiapaiva@hotmail.com) 2010

Pessoalmente, foi solicitada a participação de todos os estudantes do primeiro e quinto anos de Mestrado Integrado em Psicologia. Dos questionários recolhidos, resultou uma amostra de 142 estudantes do primeiro ano (63,7%) e 81 do quinto ano (36,3%), sendo 88,8% do sexo feminino e 11,2% do sexo masculino (Tabela 1). No que respeita à sub-amostra dos alunos do primeiro ano, 88,7% são do sexo feminino e 11,3% do sexo masculino. Por sua vez, relativamente aos alunos do quinto ano, 88,9% são do sexo feminino e 6,3% do sexo masculino.

Tabela 1. Distribuição dos participantes por sexo

	N	% válida	% acumulada
Feminino	198	88,8	88,8
Masculino	25	11,2	100,0
Total	223	100,0	

A idade dos sujeitos da amostra total varia entre os 17 e os 42 anos, situando-se a média nos 21 anos (DP=4,09) (Tabela 2).

Tabela 2. Distribuição dos participantes por classe etária

	N	% válida	% acumulada
17-21	128	57,4	57,4
22-26	79	35,4	92,8
27-33	9	4,0	96,8
34-42	7	3,2	100
Total	223	100,0	

Relativamente ao estado civil, 217 sujeitos são solteiros (97,3%), 5 são casados ou vivem em união de facto (2,2%) e 1 é viúvo (4%) (Tabela 3).

Tabela 3. Estado civil dos participantes

	N	% válida	% acumulada
Solteiro	217	97,3	97,3
Casado/União de facto	5	2,2	99,6
Viúvo	1	,4	100,0
Total	223	100,0	

No que concerne ao local de residência, 136 (61%) sujeitos residem em áreas predominantemente urbanas, 53 (23,8%) em locais medianamente

urbanos e 33 (14,8%) provêm de áreas predominantemente rurais. Analisando os locais de residência em cada uma das sub-amostras, verificamos que dos 141 respondentes do primeiro ano, 81 (57,4%) residem em áreas predominantemente urbanas, 33 (23,4%) em locais medianamente urbanos e 27 (19,1%) provêm de regiões predominantemente rurais. Por sua vez, dos 81 alunos do quinto ano, 55 (67,9%) residem em zonas maioritariamente urbanas, 20 (24,7%) em áreas medianamente urbanas e 6 (7,4%) provêm de locais predominantemente rurais (Tabela 4).

Tabela 4. Distribuição dos participantes por local de residência

	N	% válida	% acumulada
predominante/urbano	136	61,3	61,3
mediana/urbano	53	23,9	85,1
predominante/rural	33	14,9	100,0
Total	222	100,0	

Os sujeitos foram ainda questionados quanto ao conhecimento que possuem ou possuíram de casos de violência conjugal, no âmbito pessoal. Dos 223 sujeitos, 94 (42,2%) afirmaram ter conhecimento, sendo 59 alunos (62,8%) do primeiro ano (corresponde a 41,5% do total desta sub-amostra) e 35 (37,2%) do quinto (corresponde a 43,2% do total desta sub-amostra); e 129 responderam negativamente (57,8%), sendo 83 (64,3%) alunos do primeiro ano e 46 (35,7%) do quinto (Tabela 5).

Tabela 5. Conhecimento de algum caso de violência conjugal

	N	% válida	% acumulada
não	129	57,8	57,8
sim	94	42,2	100,0
Total	223	100,0	

Dos 94 sujeitos que afirmaram conhecer casos de violência conjugal, 25 (26,6%) afirmam que esta acontece entre os vizinhos, 23 (24,5%) na família alargada, 16 (17%) entre amigos, 5 (5,3%) na família nuclear, 5 (5,3%) entre colegas e 10 (10,6%) referem conhecer em mais do que um dos itens supracitados. Os restantes 10 sujeitos (10,6%) responderam que conhecem casos de violência conjugal, noutras dimensões que não as apresentadas no questionário demográfico (Tabela 6).

Tabela 6. Conhecimento de algum caso de violência conjugal (quem conhece)

	N	% válida	% acumulada
família nuclear	5	5,3	5,3
família alargada	23	24,5	29,8
amigos	16	17,0	46,8
vizinhos	25	26,6	73,4
colegas	5	5,3	78,7
outro	10	10,6	89,4
vários	10	10,6	100,0
Total	94	100,0	

Dos 223 sujeitos inquiridos, 2 (0,9%) referem ter sido vítimas directas de violência conjugal, 10 (4,5%) foram vítimas de violência no namoro e 6 (2,7%) foram, simultaneamente, agressores e vítimas de violência no namoro. Dos 18 sujeitos que referem ter vivido uma situação de violência conjugal e violência no namoro, 12 afirmam ter partilhado esta situação, 2 pediram ajuda, um dos quais à APAV e 2 não disseram a ninguém. Importa ainda referir que 11 dos 18 sujeitos deixaram a relação.

Analisando a vivência de situações de violência conjugal nas subamostras individualmente, verificamos que os 2 sujeitos vítimas de violência conjugal integram o grupo de alunos do primeiro ano. No que concerne à vivência de violência no namoro, 4 dos sujeitos vítimas são alunos do primeiro ano e 6 do quinto. Dos 6 alunos que afirmam ter sido vítimas e agressores, simultaneamente, 4 são alunos do primeiro ano e 2 são finalistas.

Relativamente à forma como lidaram com estas vivências, 12 sujeitos partilharam com alguém, sendo 6 alunos do primeiro ano e 6 do quinto; 2 pediram ajuda (1 do primeiro ano e o outro do quinto), sendo que o mesmo aconteceu relativamente aos 2 sujeitos que não disseram a ninguém. Por fim, dos 11 sujeitos que deixaram a relação, 7 frequentam o primeiro ano e 4 o quinto⁶.

3.2. Instrumentos

O protocolo de avaliação é constituído por três questionários de auto-resposta, que têm como principal objectivo avaliar as representações sociais

⁶ Ver Anexo 2.

Violência conjugal: representações sociais e atribuições numa amostra de Estudantes de Psicologia do Mestrado Integrado.

Liliana Susete Maia Paiva (e-mail: liliana_maiapaiva@hotmail.com) 2010

sobre a violência conjugal e por uma ficha demográfica⁷.

3.2.1. Questionário de violência conjugal – Histórias

O Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS) (Alarcão & Alberto, 2007) é constituído por três histórias de violência conjugal. Cada história é seguida por dez afirmações, pedindo-se ao respondente que indique o seu grau de concordância com cada uma das afirmações, de acordo com uma escala *Likert* de 4 pontos (1=Discordo plenamente até 4= Concordo completamente).

A construção das histórias baseou-se em pressupostos teóricos presentes na literatura, sobre as diferentes concepções relativas à dinâmica da violência no casal, às suas causas e consequências. As histórias têm como objectivo identificar as representações dos sujeitos quanto à legitimação ou banalização do fenómeno em estudo, sendo que a resposta “discordo plenamente” está associada a uma menor legitimação da violência.

Na sua elaboração foram considerados cinco factores teóricos: a) legitimação e/ou banalização da violência conjugal; b) legitimação/justificação da violência pela conduta da vítima; c) legitimação/justificação da violência por factores externos (*stress*, consumo, álcool...), d) desvalorização/aceitação da violência em favor da privacidade/coesão familiar; e) (im)possibilidade de atribuição da violência ao agressor em função do seu estatuto social, económico e escolaridade. Este instrumento não se encontra validado para a população portuguesa, mas já existem estudos prévios, que obtiveram na avaliação das suas qualidades psicométricas, relativas à consistência interna, um coeficiente *alpha de Cronbach* $\alpha = 0,95$ (Correia, 2008) e $\alpha = 0,939$ (Camelo, 2009), revelando uma consistência interna elevada.

No que concerne à amostra em estudo, o valor de *alpha de Cronbach* obtido ($\alpha = 0,91$) revela igualmente uma boa consistência interna. O valor médio do índice do total do Questionário é de 42,31 (DP= 9,33). Analisando a consistência interna para as três histórias separadamente, concluímos que obtêm igualmente valores elevados ($\alpha = 0,72$ para a História 1; $\alpha = 0,86$ para a História 2 e $\alpha = 0,83$ para a História 3). Todos os itens possuem correlações

⁷ Ver Anexo 1/b. Por razões de confidencialidade o QRVC-HIS, a ECVC e o QVC-CMR não se encontram em anexo.

elevadas com o total do questionário, sendo a correlação mais baixa de 0,329, verificando-se que a retirada de qualquer item não influenciaria a consistência interna⁸.

Realizou-se a análise factorial, tendo sido encontrado o coeficiente *Kaiser-Mayer-Olkin* ($KMO = .884$) e o índice de esfericidade de *Bartlett* ($X^2 = 2707.218$; $p < 0,001$) que mostraram ser adequado proceder-se a uma análise factorial. No entanto, verificou-se que os itens saturavam fortemente no primeiro factor, não sendo clara a dimensão que retratavam, pois pareciam abranger uma diversidade de condições⁹. Por conseguinte, optamos por apresentar os resultados do questionário para os 30 itens totais (“QRVC-HIS total”) e para os itens de cada uma das histórias (“história 1”; “história 2” e “história 3”).

3.2.2. Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal

A Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal (ECVC) (Machado, Matos, & Gonçalves, 2000) pode ser administrada, individualmente, ou em grupo e tem como principal objectivo avaliar a legitimação da violência conjugal. Os itens da escala são cotados de 1 a 5, através de uma escala *Likert* (1=Discordo totalmente até 5= Concordo totalmente). A pontuação total, obtida pelo somatório directo das respostas a cada um dos itens, permite medir o grau de tolerância face à violência conjugal (física e/ou emocional). Pode ainda ser calculado o valor para cada factor, somando a pontuação dos itens que o integram. O resultado obtido em cada factor avalia, consequentemente, os diferentes factores que podem contribuir para a legitimação.

Em 2004 a ECVC foi administrada a uma amostra representativa das famílias da região Norte, constituída por 2391 sujeitos entre os 20 e 67 anos, 1057 do sexo masculino e 1334 do sexo feminino. Neste estudo, a estrutura factorial anteriormente identificada, de 4 factores, foi replicada, apesar da ordem dos factores ter sofrido algumas alterações: *legitimação e banalização da pequena violência* (16 itens), explica 40,2% da variância, *legitimação da violência pela conduta da mulher* (10 itens), explica 7,1% da variância; *legitimação da violência pela atribuição a causas externas* (8

⁸ Ver Anexo 3/a.

⁹ Ver Anexo 4.

itens) explica 4,4% da variância e *legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar* (6 itens), explica 4,2% da variância (Machado, Matos, & Gonçalves, 2008).

Relativamente às qualidades psicométricas da ECVC, obteve-se no estudo de Machado et al. (2008) um *alpha de Cronbach* elevado ($\alpha=0,93$) o que indica um elevado grau de consistência interna. No estudo de Correia (2008) foi encontrado um $\alpha= 0,93$ e no estudo de Camelo (2009) obteve-se um $\alpha=0,91$.

No nosso estudo encontrou-se uma elevada consistência interna, com um coeficiente *alpha de Cronbach* ($\alpha=0,87$), sendo a média de respostas aos itens da escala de 36,85 (DP=9,15)¹⁰.

Visto o Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS) e a ECVC terem o objectivo comum de avaliar as representações em torno da violência conjugal, recorreremos à correlação de *Spearman*, uma medida não paramétrica entre duas variáveis pelo menos ordinais (Maroco, 2007), para estimarmos a correlação entre o QRVC-HIS e a ECVC. Verificamos a existência de uma correlação estatisticamente significativa entre os dois instrumentos ($r(215) = .754$; $p < .001$), bem como entre as três histórias e o QRVC-HIS total, o que vem reforçar a consistência interna deste Questionário (Tabela 7).

Tabela 7. Coeficiente de correlação de Spearman

		Hist1	Hist2	Hist3	QRVC- HIS total	Ecvctotal
Hist1	Correlation Coefficient		,603**	,628**	,795**	,581**
	Sig. (2-tailed)		,000	,000	,000	,000
	N		216	221	216	220
Hist2	Correlation Coefficient			,688**	,925**	,685**
	Sig. (2-tailed)			,000	,000	,000
	N			218	216	217
Hist3	Correlation Coefficient				,858**	,702**
	Sig. (2-tailed)				,000	,000
	N				216	222
QRVC- HIS total	Correlation Coefficient					,754**
	Sig. (2-tailed)					,000
	N					215

¹⁰ Ver Anexo 3/b.

3.2.3. Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC – CMR)

O Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR) (Alarcão & Alberto, 2007) é composto por três conjuntos de afirmações, relativos aos factores que contribuem para o aparecimento da violência, para a sua manutenção e para a sua resolução. Para cada conjunto de factores, os respondentes têm que identificar o seu grau de concordância de acordo com uma escala *Likert* de 4 pontos (1 “discordo totalmente” até 4 “concordo totalmente”). As afirmações presentes em cada um dos conjuntos de factores podem ser agrupadas em três tipos: afirmações relacionados com o agressor; com a vítima e com o exterior (filhos, família e sociedade em geral).

Relativamente às qualidades psicométricas do QVC-CMR, obteve-se um *alpha de Cronbach* ($\alpha=0,83$) para o factor de activação o que indica um elevado grau de consistência interna e um valor total médio de 34,43 (DP=5,99). Para o factor de manutenção registou-se um *alpha de Cronbach* ($\alpha=0,80$) indicando, igualmente, um valor elevado de consistência interna e um valor total médio de 42,71 (DP=5,47). Por fim, no que concerne ao factor de resolução, obtivemos um valor de consistência interna mais baixo, com um *alpha de Cronbach* ($\alpha=0,60$) e um valor total médio de 45,02 (DP=5,57).

No primeiro factor, a correlação mais baixa foi de 0,28 correspondente ao item “aceitação social da violência”, sendo que a sua eliminação não iria melhorar, significativamente, a consistência interna do factor. Relativamente ao segundo factor, verificamos que todos os itens possuem correlações elevadas, sendo a mais baixa de 0,34, concluindo-se que a retirada de qualquer item não influenciaria a consistência interna. No terceiro factor todos os itens apresentam correlações elevadas, à excepção do item “informar mais a população geral sobre as consequências da violência conjugal”, concluindo-se que num estudo de validação do questionário a eliminação deste item poderia melhorar muito a consistência interna do factor.¹¹

¹¹ Ver Anexo 3/c.

Violência conjugal: representações sociais e atribuições numa amostra de Estudantes de Psicologia do Mestrado Integrado.

Liliana Susete Maia Paiva (e-mail: liliana_maiapaiva@hotmail.com) 2010

3.3. Procedimentos estatísticos

Com o objectivo de avaliar a distribuição dos resultados nas subamostras do nosso estudo no QRVC-HIS, na ECVC e no QVC-CMR, recorreu-se aos testes de *Kolmogorov-Sminorv* (*K-S*) e de *Shapiro-Wilk* (*S-W*), verificando-se que os valores se aproximam de uma distribuição normal no grupo masculino para os itens da “história 2” ($S-W_{(24)} = 0,95$; $p = 0,22$), para a totalidade dos itens “QRVC-HIS total” ($S-W_{(24)} = 0,95$; $p = 0,32$) para todos os factores que integram o QVC-CMR, os factores de activação ($S-W_{(24)} = 0,94$; $p = 0,16$), de manutenção ($S-W_{(24)} = 0,95$; $p = 0,31$), de resolução ($S-W_{(24)} = 0,94$; $p = 0,15$) e para a escala ECVC ($S-W_{(24)} = 0,94$; $p = 0,17$).

No grupo feminino verificou-se que os valores não se aproximam da distribuição normal para nenhum dos resultados: “história 1” ($K-S_{(187)} = 0,16$; $p = 0,00$) “história 2” ($K-S_{(187)} = 0,09$; $p = 0,00$), “história 3” ($K-S_{(187)} = 0,19$; $p = 0,00$), “QRVC-HIS total” ($K-S_{(187)} = 0,10$; $p = 0,00$), para todos os factores que integram o QVC-CMR, os factores de activação ($K-S_{(187)} = 0,01$; $p = 0,00$), de manutenção ($K-S_{(187)} = 0,09$; $p = 0,00$), de resolução ($K-S_{(187)} = 0,08$; $p = 0,01$) e para a escala ECVC ($K-S_{(187)} = 0,13$; $p = 0,00$). Na subamostra do grupo masculino, os pressupostos da normalidade da distribuição foram violados na “história 1” ($S-W_{(24)} = 0,90$; $p = 0,03$) e na “história 3” ($S-W_{(24)} = 0,88$; $p = 0,01$)¹².

A homogeneidade das variâncias foi avaliada através do teste de *Levene*, verificando-se que a mesma não foi encontrada na “história 1”, na “história 3” e no “QRVC-HIS total” (Tabela 8).

Tabela 8. Teste da homogeneidade da variância para o QRVC-HIS

	F	Sig.
História 1	-2,724	,022
História 2	-2,600	,113
História 3	-2,468	,000
QRVC-HIS total	-2,936	,000

Para a ECVC foi realizado o mesmo procedimento, utilizando igualmente o teste de *Levene*. O resultado obtido indica-nos que o pressuposto da homogeneidade das variâncias é violado ($F = -2,265$, $p = 0,001$)¹³

¹² Ver Anexo 5.

¹³ Ver Anexo 6.

No que concerne ao QVC-CMR, analisando o teste de *Levene*, verificamos que o pressuposto da homogeneidade das variâncias é violado para os factores de manutenção (Tabela 9).

Tabela 9. Teste da homogeneidade da variância para o QVC-CMR

	F	Sig.
Factores de activação	-,756	,571
Factores de manutenção	1,434	,002
Factores de resolução	1,200	,976

Por conseguinte, para a análise dos resultados da investigação, recorreremos à análise descritiva dos dados recolhidos e aos testes não paramétricos (*U de Mann-Whitney* e *Kruskal-Wallis*).

Todas as análises estatísticas foram efectuadas utilizando o *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* versão 17.0 para *Windows*. Foi definido como nível de significância $p < .05$.

IV- Resultados

Começamos por apresentar as respostas dos sujeitos da amostra ao QRVC-HIS e à ECVC. Posteriormente, analisaremos os resultados relativos ao Questionário sobre as causas, factores de manutenção e de resolução da violência conjugal e, por fim, iremos analisar a influência das variáveis sócio-demográficas nos índices avaliados.

4.1. Representações sociais em torno da violência conjugal

Relativamente ao QRVC-HIS, encontraram-se diferenças estatisticamente significativas entre os estudantes do 1º e do 5º ano do Mestrado Integrado em Psicologia nas “história 1”, “história 2”, “história 3” e “QRVC-HIS total”, sendo que a comparação entre as médias sugere que as diferenças encontradas vão no sentido de uma menor legitimação da violência conjugal por parte dos alunos finalistas. No que concerne à ECVC, também se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre as duas sub-amostras (Tabela 10).

Tabela 10. Variável "grupo" e representações sociais (Teste *U de Mann Whitney*)

	QRVC-							
	Hist1	Hist2	Hist3	HIStotal	Ecvctotal	F.Act.	F.Manut.	F.Resol.
Mann-Whitney U	4078,50	3292,00	3796,00	3159,00	3292,000	4662,500	4863,000	5275,500
Wilcoxon W	7399,50	6373,00	7117,00	6240,00	6532,000	7983,500	15016,00	15428,50
Asymp. Sig.	,000	,000	,000	,000	,000	,033	,055	,378

As médias mais altas obtidas foram na “história 2” (em casal idoso), o que vai no sentido de uma maior legitimação da violência conjugal, relativamente a esta história. A análise descritiva das respostas dos sujeitos nas duas sub-amostras aos 30 itens do QRVC-HIS, permite-nos verificar que a média das respostas varia entre o 1 (“discordo completamente”) e o 2 (“discordo”). Na ECVC verifica-se a mesma ordem de médias de respostas, situando-se, também, entre o 1 (“discordo totalmente”) e o 2 (“discordo”). A título de curiosidade, verificou-se que o item 1 desta escala (“o problema de maus tratos dentro do casamento afecta uma pequena percentagem da população”) constitui o único item que apresenta uma média de respostas entre o 2 (“discordo totalmente”) e o 3 (“não concordo nem discordo”), nas duas sub-amostras (Tabela 11).

Tabela 11. Análise descritiva das respostas ao QRVC-HIS e à ECVC

		História 1 (10 itens)	História 2 (10 itens)	História 3 (10 itens)	QRVC- HIS total (30 itens)	ECVC (25 itens)
Alunos 1º ano	M	13,46	17,26	13,92	44,49	39,98
	DP	2,961	4,429	3,494	9,250	9,169
Alunos 5º ano	M	12,19	14,35	12,17	38,46	33,06
	DP	2,330	4,140	2,819	8,217	7,842
Amostra Total	M	12,99	16,22	13,28	42,31	36,85
	DP	2,809	4,539	3,365	9,335	9,150

4.2. Causas, factores de manutenção e factores de resolução da violência conjugal

Recorrendo ao teste de *U de Mann Whitney*, verificámos que existem diferenças entre os estudantes do 1º e do 5º ano nos factores relativos às

causas da violência conjugal. Os alunos do 1º ano, apontam como principais causas as “relações extra-conjugais”, o “consumo de álcool ou drogas” e as “dificuldades económicas”, enquanto os alunos finalistas reúnem uma maior percentagem de concordância em relação à “baixa auto-estima do agressor”, à “doença mental do agressor” e aos “antecedentes de violência” (Tabela 12).

Tabela 12. Variável "grupo" e QVC – CMR (Teste U de Mann Whitney)

	F.Act.	F.Manut.	F.Resol.
Mann-Whitney U	4662,500	4863,000	5275,500
Wilcoxon W	7983,500	15016,00	15428,50
Asymp. Sig.	,033	,055	,378

Para análise dos dados obtidos no QVC – CMR tomámos como referência os três itens com maior e menor percentagem de concordância, quer para a amostra geral, quer para as sub-amostras.

Para as **causas da violência conjugal**, a amostra global apontou como principal condição a “doença mental do agressor” (61,7%), seguida do “consumo de álcool ou drogas por parte do agressor” (61%) e dos “antecedentes de violência na família de origem do agressor e/ou vítima” (60,8%). Por sua vez, a “interferência de outros familiares” (53,4%), os “problemas/dificuldades criados pelos filhos” (49,3%), e o “comportamento provocador da vítima” (44,8%) constituíram os itens que reuniram uma maior percentagem de discordância como causa da violência conjugal.

Os estudantes do 1º ano apontam como principal causa da violência conjugal as “relações extra-conjugais do agressor e/ou da vítima” (68,3%). O “consumo de álcool ou drogas por parte do agressor” (67,6%) surge como a segunda causa mais apontada, fazendo-se seguir das “dificuldades económicas do casal/família” (64,1%). Por sua vez, os estudantes do 5º ano consideram a “baixa auto-estima do agressor” (65,4%) como principal causa da violência, seguindo-se da “doença mental do agressor” (60,5%) e dos “antecedentes de violência na família de origem do agressor e/ou da vítima” (59,3%).

Relativamente aos itens com uma maior percentagem de discordância como causa de violência conjugal, nos estudantes do 1º ano surge o

“comportamento provocador da vítima” (79,6%) seguindo-se a “doença mental da vítima” (59,1%) e a “interferência de outros familiares” (55,6%). Os alunos finalistas também consideram o “comportamento provocador da vítima” (87,7%) como o factor menos preponderante nas causas da violência, fazendo-se acompanhar dos “problemas/dificuldades criadas pelos filhos” (85,2%) e pela “interferência de outros familiares” (80,3%) (Tabela 13).

Tabela 13. Frequência por sub-amostra e amostra total: causas da violência conjugal

Causas	Total	1º Ano Psicologia	5º Ano Psicologia
Álcool e drogas	136 61%	96 67,6%	40 49,4%
Aceitação social da violência	107 48%	64 45,1%	43 53,1%
Luta de poder entre os membros do casal	106 47,5%	60 42,3%	46 56,8%
Baixa auto-estima do agressor	130 58,3%	77 54,2%	53 65,4%
Doença mental da vítima	65 29,1%	45 31,7%	20 24,7%
Dificuldades económicas	131 58,7%	91 64,1%	40 49,4%
Fragilidade emocional da vítima	124 55,6%	76 53,9%	48 59,3%
Interferência de outros familiares	49 22%	36 25,4%	13 16%
Problemas/dificuldades criados pelos filhos	50 22,4%	38 26,8%	12 14,8%
Relações extra-conjugais	134 60,1%	97 68,3%	37 45,7%
Antecedentes de violência	135 60,5%	87 61,7%	48 59,3%
Doença mental do agressor	137 61,4%	88 62,4%	49 60,5%
Isolamento social	109 48,9%	73 51,4%	36 44,4%
Comportamento provocador da vítima	37 16,6%	27 19%	10 12,3%

Para os **factores de manutenção da violência conjugal**, a análise da amostra global e da sub-amostra dos alunos do 1º ano, mostra-nos que os três factores mais assinalados são a “ausência de denúncia” (97,8% na amostra global e 97,9% nos estudantes do 1º ano), as “promessas de mudança por parte do agressor” (95,5% na amostra global e 95% nos alunos do 1º ano) e a “falta de confiança na eficácia da justiça” (90,6% na amostra total e 91,5% no 1º ano). Os factores apontados pelos sujeitos, que menos

contribuem para a manutenção da violência, foram a “interferência de outros familiares” (47,1% na amostra global e 46,4% nos alunos do 1º ano), a “ausência de respostas sociais para a vítima” (38,1% na amostra global e 39,4% nos alunos do 1º ano) e a “ameaça de suicídio por parte do agressor” (37,7% na amostra global), sendo que a sub-amostra dos alunos do 1º ano aponta em terceiro lugar o “desconhecimento da vítima relativamente aos seus direitos” (38,7%).

Os estudantes do 5º ano apontam para “a ausência de denúncia da violência conjugal” (97,5%), as “promessas de mudança por parte do agressor” (96,3%) e a “ambivalência da vítima face ao agressor” (92,6%), como as principais condições que mantêm a violência. As percentagens mais elevadas de discordância surgem para os factores “interferência de outros familiares” (48,1%), “ameaça de suicídio por parte do agressor” (45,7%) e “ausência de respostas sociais para a vítima” (35,8%) (Tabela 14).

Tabela 14. Frequência por sub-amostra e amostra total: manutenção da violência conjugal

Factores de manutenção	Total	1º Ano Psicologia	5º Ano Psicologia
Ausência de denúncia	218 97,8%	139 97,9%	79 97,5%
Falta de confiança na justiça	202 90,6%	130 91,5%	72 88,8%
Valorização da união familiar	174 78%	107 75,4%	67 82,7%
Existência de filhos	195 87,4%	125 88%	70 86,4%
Isolamento social	188 84,3%	122 85,9%	66 81,4%
Falta de conhecimento da vítima sobre como pedir ajuda	160 71,8%	95 66,9%	65 80,2%
Ambivalência da vítima face ao agressor	185 83%	110 77,5%	75 92,6%
Medo de retaliações	188 84,3%	118 83,1%	70 86,4%
Desconhecimento da vítima dos seus direitos	155 69,5%	87 61,3%	68 84%
Ameaça de suicídio por parte do agressor	139 62,3%	95 66,9%	44 54,3%
Ausência de respostas sociais para a vítima	138 61,2%	86 60,6%	52 64,2%
Ternura do agressor fora dos momentos de violência	197 88,3%	124 87,4%	73 90,2%

Promessas de mudança	213 95,5%	135 95%	78 96,3%
Interferência de outros familiares	118 52,9%	76 53,6%	42 51,8%

Nos **factores de resolução da violência conjugal**, tanto na amostra global, como nas duas sub-amostras o mais importante para pôr fim à violência seria “sensibilizar/educar os jovens, na escola, para que não aceitem a violência na relação de namoro ou de casal” (100% na amostra global e nas sub-amostras), “estimular a denúncia das situações de violência” (98,7% na amostra global, 99,3% nos estudantes do 1º ano e 97,5% nos estudantes finalistas) e “proteger a vítima e os filhos, se os houver” (98,6% na amostra global, 98,5% nos estudantes do 1º ano e 98,8% nos estudantes finalistas), sendo que este aparece como o segundo factor mais apontado pelos estudantes do 5º ano. Verifica-se um maior grau de discordância nos itens “melhorar as condições sócio-económicas das famílias” (52,5% na amostra global, 48,6% nos estudantes do 1º ano e 59,3% nos estudantes do 5º ano), “aumentar os direitos das mulheres” (43% na amostra global, 41,5% nos estudantes do 1º ano e 45,7% nos estudantes do 5º ano) e “aumentar os tempos de lazer das famílias” (38,1% na amostra global, 38,7% nos estudantes do 1º ano e 37% nos estudantes do 5º ano) (Tabela 15).

Tabela 15. Frequência por sub-amostra e amostra total: resolução da violência conjugal

Factores de resolução	Total	1º Ano Psicologia	5º Ano Psicologia
Afastar o agressor	201 90,1%	130 91,6%	71 87,6%
Condenar mais agressores	195 87,5%	128 90,1%	67 82,7%
Estimular a denúncia	220 98,7%	141 99,3%	79 97,5%
Estimular a separação/divórcio	176 79%	121 85,3%	55 67,9%
Proteger a vítima e os filhos	220 98,6%	140 98,5%	80 98,8%
Mudar o comportamento da vítima	162 72,7%	91 64,1%	71 87,6%
Tratar o agressor	202 90,5%	124 87,3%	78 96,3%
Tratar o casal	166 74,4%	103 72,5%	63 77,8%
Informar mais a população em geral	216 96,9%	138 97,2%	78 96,3%

Violência conjugal: representações sociais e atribuições numa amostra de Estudantes de Psicologia do Mestrado Integrado.

Melhorar as condições sócio-económicas	100 47,5%	73 51,4%	33 40,8%
Aumentar os direitos da mulher	127 56,9%	83 58,5%	44 54,3%
Aumentar os tempos de lazer das famílias	138 61,9%	87 61,3%	51 63%
A vítima ter ajuda de familiares, amigos, vizinhos	205 92,3%	135 95,1%	70 87,6%
Sensibilizar/educar os jovens, na escola	223 100%	142 100%	81 100%

4.3. Influência das Variáveis sócio-demográficas nas representações sociais em torno da violência conjugal

A variável “local de residência” (predominantemente urbano; medianamente urbano; predominantemente rural) não parece influenciar as respostas dos sujeitos a qualquer um dos instrumentos (Tabela 16).

Tabela 16. Variável "local de residência" e representações sociais (Teste *Kruskal-Wallis*)

	Hist1	Hist2	Hist3	QRVC- HIS total	Ecvctotal	F.Act.	F.Manut.	F.Resol.
Chi-Square	1,041	3,686	1,267	3,107	,982	,877	4,156	3,871
df	2	2	2	2	2	2	2	2
Asymp. Sig.	,594	,158	,531	,211	,612	,645	,125	,144

Relativamente à variável “sexo”, registaram-se diferenças estatisticamente significativas no QRVC-HIS e na ECVC, sendo que a comparação entre as médias aponta para uma maior legitimação da violência conjugal por parte do grupo masculino (N=25) (Tabela 17).

Tabela 17. Variável "sexo" e representações sociais (Teste *U de Mann Whitney*)

	Hist1	Hist2	Hist3	QRVC- HIS total	Ecvctot.	F.Act.	F.Manut	F.Resol.
Mann-Whitney U	1557,50	1688,00	1733,50	1476,00	1813,00	2384,50	2133,50	2187,00
Wilcoxon W	20863,5	20603,0	21434,5	20004,0	21316,0	21494,5	2458,50	2512,00
Asymp. Sig.	,003	,028	,014	,004	,032	,859	,260	,362

No que respeita à variável “conhece algum caso de violência conjugal” verificamos que existem diferenças estatisticamente significativas entre os sujeitos que responderam positivamente (N=94) e os que responderam negativamente (N=129), em relação à “história 3”, ao QRVC-HIS e à ECVC. Estas diferenças vão no sentido de uma menor legitimação da violência, por parte das pessoas que afirmaram ter conhecimento de algum caso de violência (Tabela 18).

Tabela 18. Variável “conhece caso de violência conjugal” e representações sociais (Teste U de Mann Whitney)

	Hist1	Hist2	Hist3	QRVC- HIS total	Ecvctot.	F.Act.	F.Manut	F.Resol.
Mann-Whitney U	5208,00	4990,00	4793,00	4673,50	5028,00	5476,00	5814,50	5139,50
Wilcoxon W	9579,00	9361,00	9258,00	8951,50	9493,00	9754,00	10279,5	9510,50
Asymp. Sig.	,109	,073	,007	,023	,036	,375	,601	,068

Relativamente à variável “viveu pessoalmente e directamente uma situação de violência conjugal”, considerando que apenas 2 sujeitos responderam afirmativamente, não foi realizada nenhuma análise estatística.

Por fim, no que respeita à variável “viveu pessoalmente e directamente alguma situação de violência no namoro”, não se registaram diferenças estatisticamente significativas. No entanto, apelamos à precaução na sua interpretação, visto existirem apenas 16 sujeitos que vivenciaram violência no namoro¹⁴ (Tabela 19).

Tabela 19. Variável “viveu violência no namoro” e representações sociais (Teste Kruskal-Wallis)

	Hist1	Hist2	Hist3	QRVC- HIS total	Ecvctotal	F.Act.	F.Manut.	F.Resol.
Chi-Square	3,166	3,339	1,073	2,444	1,928	4,688	2,033	2,741
df	2	2	2	2	2	2	2	2
Asymp. Sig.	,205	,188	,585	,295	,381	,096	,362	,254

¹⁴ Ver Anexo 7.

V - Discussão

Antes de iniciarmos a reflexão acerca dos resultados obtidos na nossa amostra, importa destacar que o nosso estudo é exploratório e qualquer hipótese ou reflexão sugerida, constitui apenas possíveis leituras acerca dos resultados obtidos. Portanto, são necessários alguns cuidados quanto à sua generalização para a população geral. No entanto, cremos que os dados obtidos poderão fornecer informações importantes acerca desta temática.

Com o intuito de clarificar a sua apresentação, optámos por fazer a reflexão em função dos tópicos analisados e descritos ulteriormente.

5.1. Representações sociais em torno da violência conjugal

Na análise dos resultados no QRVC-HIS e ECVC verificamos que os sujeitos apresentam valores pouco legitimadores da violência conjugal. Comparando as médias na ECVC com outros estudos (Camelo, 2009; Correia, 2008; Machado, Matos & Gonçalves, 2008) constatamos que os estudantes de psicologia obtiveram resultados mais baixos, o que sugere uma menor legitimação, sendo que os estudantes finalistas constituem o grupo que possui índices menos legitimadores da violência. Perante estes dados, podemos hipotetizar que a formação académica que estes obtêm ao longo dos cinco anos de estudo contribui, significativamente, para que possuam uma maior sensibilidade em relação à problemática dos maus tratos, levando a uma postura mais crítica quando se aborda a dinâmica das relações abusivas.

Nesta linha de ideias, verificamos que o mesmo acontece na análise dos itens do QRVC-HIS, onde se observa uma diferença estatisticamente significativa entre o 1º e o 5º ano, em todos os itens que integram o questionário, no sentido de uma menor legitimação da violência por parte dos alunos finalistas. Atendendo às histórias, verificamos que as médias são mais altas na “história 2” e na “história 3” (com a excepção da sub-amostra do 5º ano), o que aponta para uma maior legitimação da violência nestas histórias. No que respeita aos valores obtidos na “história 2”, podemos hipotetizar que o facto de esta se centrar num casal mais velho e em que a mulher é agressora, poderá conduzir a uma maior aceitação do registo violento, ou a uma menor atribuição de gravidade. Neste sentido, tal corrobora os resultados obtidos por Carlson e Worden (2005), em que a

percepção da violência física como sendo violência conjugal é menor quando o agressor é mulher. Além disso, embora os estudos nesta área sejam limitados, existem autores que consideram que o risco de violência no casal diminui com o avançar da idade (Kantor & Jasinski, 1998). Apesar de socialmente a mulher ser considerada como mais susceptível de ser vítima e o homem agressor (Swan et al., 2008), a verdade é que alguns estudos mostram níveis iguais de violência da mulher contra o homem. Neste sentido, Botton (1977) apoiado em vários estudos, registou a existência de uma percentagem semelhante de homens (5%) e mulheres (7%) vítimas de violência física regular pelo seu cônjuge (como citado em Silva; Figueiredo & Ferreira, 1983). No entanto, também sabemos que a violência sofrida no masculino é menos visível, o que poderá diminuir a percepção do acto violento quando é perpetrado no feminino (Emery, 2010).

Relativamente à “história 3”, podemos concluir que o consumo de álcool pode contribuir para uma maior legitimação da violência. De facto, este factor constitui na literatura, uma das referências mais comuns para a existência de comportamentos agressivos (Rapoza & Baker, 2008). No que concerne à gravidez, vários autores mostraram que, por vezes, a violência começa durante esta fase, estando a mulher mais dependente e vulnerável (Hoff, 1993, como citado em Dias, 2004). No entanto, importa ainda referir que na sub-amostra dos alunos do 5º ano, esta é a história que obtém a média mais baixa, apontando para uma menor legitimação da violência, o que nos leva a concluir que a formação académica obtida, sensibiliza os alunos para o facto de o consumo de álcool, por si só, não constituir um factor preponderante para a existência e legitimação de um registo violento, condenando também a agressão à esposa grávida. É de destacar também que a “história 1” (violência perpetuada numa família de elevado nível socio-económico) constitui, nesta sub-amostra do 5º ano, a segunda história com um valor médio mais elevado, concluindo-se que os estudantes finalistas partilham a assumpção geral de que a violência conjugal está confinada às famílias de baixo nível socio-económico (Alexander, 1993). Apesar da probabilidade de ocorrência ser maior nestas famílias, o fenómeno da violência conjugal é transversal a todas as famílias, sendo que as que possuem um nível socio-económico mais elevado tendem a mantê-la em segredo (Dias, 2004).

5.2. Causas, factores de manutenção e factores de resolução da violência conjugal

No que concerne às **causas da violência conjugal**, a doença mental do agressor foi a mais apontada pelos sujeitos da amostra global, constituindo a segunda causa preponderante para os alunos do 5º ano. Os alunos do 1º ano apontam a existência de relações extra-conjugais como o principal factor de activação da violência, enquanto os alunos finalistas enfatizam, em primeiro lugar, a baixa auto-estima do agressor. A doença mental e a baixa auto-estima do agressor são factores apontados por Gelles (1997, como citado em Dias, 2004) que refere que os homens que agridem as mulheres possuem um conjunto de características individuais, que podem constituir a base para os comportamentos violentos, sendo que alguns defensores desta teoria também alegam a presença de psicopatologia e baixa auto-estima nas mulheres que toleram estes abusos (Straus et al., 1994; Matos, 2003). São vários os estudos que têm relacionado a violência conjugal com problemas de ordem psiquiátrica (Bland & Orn, 1986; Faulk, 1974; Jacob, 1987, como citado em Browne & Herbert, 1997). No entanto, Hotaling e Sugarman (1986) concluíram que a baixa auto-estima do agressor e da vítima não constitui um factor de risco consistente, existindo ainda muitas dúvidas quanto à sua relação causal com a violência.

Relativamente à existência de relações extra-conjugais, factor apontado pelos alunos do 1º ano, verificamos que apesar da lacuna em termos de investigação acerca da temática e de socialmente a traição não ser considerada uma forma de violência, a verdade é que como refere Alarcão (2006) ela nega o lugar que a pessoa gostaria de ocupar, deixando-a sem história e sem identidade, acarretando por isso um potencial de violência importante. Neste sentido, torna-se curioso o facto de os alunos do 1º ano fazerem emergir este factor como a principal causa dos comportamentos violentos, dando visibilidade a algo muitas vezes negligenciado.

O consumo de álcool ou drogas surge como a segunda causa da violência conjugal, na amostra global e, particularmente, nos alunos do 1º ano. Este factor tem sido apontado como um factor de risco para o comportamento violento (Rapoza & Baker, 2008). O álcool permite um alívio ao homem da sua responsabilidade e dá à mulher uma justificação para permanecer em casa (Alexander, 1993). Quando a mulher considera que

o comportamento agressivo é fruto do álcool tem tendência a não considerar os comportamentos como graves e violentos (Welzer-Lang, 1992, como citado em Casimiro, 2002). Numa revisão de estudos, Hotaling e Sugarman (1986), concluíram que o uso do álcool está relacionado positivamente com a violência. No entanto, importa não esquecer que o comportamento violento também ocorre entre casais em que não existem consumos.

Na amostra geral e, especificamente, nos alunos finalistas, os antecedentes de violência na família de origem emergem como a terceira causa dos comportamentos agressivos, ressaltando a teoria intergeracional da violência que postula que a experiência de vitimação na infância favorece a sua perpetuação. A literatura e os estudos empíricos têm corroborado a ideia de que a exposição a situações de violência na infância, está fortemente associada com a perpetração e/ou vitimação de comportamentos violentos na idade adulta (Hotaling & Sugarman, 1986; Straus et al., 1994; Matos, 2003; Rapoza & Baker, 2008). O argumento de que as vítimas de violência serão futuramente os seus protagonistas, continua a ser aceite como uma das principais causas da violência conjugal (Widom, 1989; Browne & Herbert, 1997). Por sua vez, os alunos do 1º ano apontam como terceiro factor de activação dos comportamentos agressivos as dificuldades económicas do casal/família. Os baixos ordenados, o desemprego, as condições habitacionais pobres, entre outros, foram apontados por Gelles (1987a, 1987b) e por Gelles e Cornell (1990) como causadores de frustração e *stress* ao nível individual, podendo levar à violência (como citado em Browne & Herbert, 1997). Comparando estes resultados com o estudo de Correia (2008) e de Camelo (2009), emergem algumas semelhanças no que diz respeito às principais causas de violência conjugal. Relativamente ao estudo de Worden e Carlson (2005), verificamos alguma convergência relativa aos factores “abuso de substâncias” e “existência de violência na família de origem”.

Relativamente aos **factores de manutenção**, verificamos uma unanimidade nas respostas, visto que os alunos do 1º e do 5º ano identificam a “ausência de denúncia” como o principal factor que mantém os comportamentos violentos. Apesar de se assistir a uma maior visibilidade do fenómeno, não podemos esquecer que as mulheres maltratadas, convictas de que não é possível controlar o que está a acontecer, vão permanecendo cada

vez mais em silêncio, o que dificulta a possibilidade de mudança e de construção de uma história alternativa (Matos, 2003). O medo de retaliações, a pressão social, cultural e religiosa para a manutenção da união familiar e do casamento a todo o custo, também poderão estar na base da ausência de denúncia dos comportamentos agressivos (Alexander, 1993; Dias, 2004).

As promessas de mudança por parte do agressor surgem, de forma consensual, como o segundo factor que mantém as situações de violência. Este factor é destacado por Lenore Walker no ciclo da violência conjugal, fazendo referência à fase de lua-de-mel, em que a vítima alimenta a esperança de que o agressor mude, desculpabilizando os comportamentos violentos (Walker, 1979, como citado em Browne & Herbert, 1997).

O terceiro factor de manutenção valorizado na amostra global e, particularmente, nos alunos do 1º ano, é a “falta de confiança na justiça”, enquanto os alunos do 5º ano enfatizam a “ambivalência da vítima face ao agressor”. Este último factor está directamente relacionado com o ciclo da violência definido por Walker (1979, como citado em Browne & Herbert, 1997): as vítimas encontram-se aprisionadas na ambivalência de deixar a relação e enfrentar os riscos inerentes a essa decisão, as retaliações e a tardia ou deficiente actuação da justiça. Importa também não esquecer o valor comunicacional e relacional que a violência assume, visto que tem sempre subjacente uma grande dependência face ao outro, na medida em que ele confirma a nossa história e identidade (Alarcão, 2006). Não raramente, é mais assustador abandonar a relação do que continuar a alimentar a esperança de que um dia algo irá mudar.

Em relação à falta de confiança na justiça, verifica-se que a perda de confiança da vítima nos outros e na sociedade em geral constituiu uma das consequências que podem resultar de um trauma. Numa mulher vítima de violência conjugal esse trauma pode ser, não só directo, mas também insidioso (Root, 1992). Perante a divulgação frequente dos meios de comunicação social de retaliações sofridas por mulheres que denunciaram a violência, da demora da justiça em actuar e proteger as vítimas, facilmente se compreende a falta de confiança existente.

Por fim, no que concerne aos **factores de resolução**, a maior percentagem de concordância (100%) obtida para a amostra total e as duas sub-amostras, recai sobre o factor “sensibilizar/educar os jovens, na escola,

para que não aceitem a violência na relação de namoro ou de casal”. Se considerarmos que a violência tende a surgir quando os jovens ainda frequentam a escola secundária (Cano et al., 1998, como citado em Machado et al., 2010; Nabors, Dietz & Jasinski, 2006), e que a violência no namoro constitui um preditor fundamental da violência conjugal (Machado et al., 2003), facilmente se compreende a importância de sensibilizar os jovens para esta temática. Ponderando que os sujeitos deste estudo são quase exclusivamente jovens adultos, podemos colocar a hipótese de que o facto de apontarem este factor como fundamental para pôr fim aos comportamentos agressivos, pode reflectir uma lacuna sentida por eles próprios de informação nas escolas acerca da violência no namoro e da violência conjugal. Além disso, a transmissão de informação está também relacionada com o que Neves (2008) considera “desprivatização da violência familiar”. De uma forma geral, e de acordo com a perspectiva feminista, é importante existir uma responsabilidade partilhada, informar as mulheres dos seus direitos, desconstruir as representações sociais erróneas e promover, desta forma, a mudança.

“Estimular a denúncia” e “proteger a vítima e os filhos se os houver” constituem, o segundo e terceiro factores, apontados pelos sujeitos como preponderantes para resolver a violência conjugal. Relembrando que um dos factores mais apontados pelos sujeitos como perpetrador da violência foi a ausência de denúncia, facilmente se compreende a ênfase dada à necessidade de denunciar os comportamentos agressivos, como forma de quebrar o ciclo da violência. Analisando os resultados obtidos, verificamos que estes vão de encontro aos assinalados pelos sujeitos no estudo de Correia (2008) e Camelo (2009), apesar de nestes transparecer mais um factor: “tratar o agressor”. Sendo a doença mental e a baixa auto-estima do agressor, dois dos principais factores assinalados pelos sujeitos da nossa amostra como constituindo uma das causas da violência, e não esquecendo que esta é composta por futuros profissionais de psicologia, torna-se curioso verificar que o tratamento do agressor não emergiu como uma das principais condições de resolução dos comportamentos violentos.

As condições que obtiveram uma maior percentagem de discordância como factores de resolução estão relacionadas com o casal/família (“melhorar as condições socio-económicas das famílias” e “aumentar os

tempos de lazer das famílias”) e com a figura feminina (“aumentar os direitos das mulheres”). Importa referir que nenhum grupo enfatizou o sistema (casal) como importante na resolução da relação conflituosa, constituindo o quinto factor com maior percentagem de discordância para a amostra global (25,6%) e para os alunos finalistas (22,2%), e o sexto factor para os alunos do 1º ano (27,2%), sugerindo a defesa da cisão entre papéis de agressor e de vítima, contrariando o defendido por Perrone e Nannini (1997) de que os dois elementos do casal são co-participantes na violência.

5.3. Variáveis sócio-demográficas e crenças em torno da violência conjugal

No que concerne à variável “sexo”, encontramos diferenças estatisticamente significativas no QRVC-HIS e na ECVC, sendo o sexo feminino, o menos legitimador da violência conjugal. Este resultado é congruente com os dados obtidos em outros estudos (Locke & Richman, 1999; Machado et al., 2003). O sexo feminino, para além de não tolerar a violência contra a mulher, não aceita a violência em geral. O facto do grupo de estudantes masculinos subscrever mais crenças legitimadoras da violência, constitui um factor preocupante, na medida em que evidencia a continuidade de uma socialização masculina, que poderá perpetuar a banalização da violência (Machado et al., 2003). No entanto, visto a amostra masculina ser significativamente inferior à feminina, devemos ter alguma prudência na leitura dos resultados.

Relativamente aos sujeitos que referiram conhecer algum caso de violência conjugal, verificamos diferenças estatisticamente significativas na “história 3”, para todos os itens que compõem a “QRVC-HIS total” e na ECVC entre estes e os que responderam não possuir qualquer conhecimento de algum caso de violência, sendo que a análise das médias das respostas aponta para uma maior legitimação do fenómeno por parte daqueles que não conhecem nenhum caso. Visto que os sujeitos que responderam afirmativamente, assinalaram na sua maioria que tal ocorria entre os vizinhos, os amigos e na família alargada, podemos concluir que o facto de testemunharem situações de violência entre pessoas tão próximas de si, tanto fisicamente como emocionalmente, os pode levar a ter uma postura mais crítica perante as situações de violência conjugal.

Limitações do estudo

O presente estudo tem algumas limitações e, por conseguinte, é necessário ser cuidadoso na análise dos seus resultados:

- Apesar de as sub-amostras possuírem um tamanho suficiente para a prossecução das análises estatísticas, consideramos que um maior número de sujeitos para a sub-amostra dos alunos do quinto ano poderia permitir uma maior consistência dos resultados. Além disso, tendo em conta que a amostra é constituída principalmente por sujeitos do género feminino, a existência de um maior equilíbrio na variável sexo também seria aconselhável;

- Uma segunda limitação prende-se com a ausência de uma amostra da população geral para análises comparativas, o que poderia consolidar os resultados obtidos;

- A avaliação da desejabilidade social poderia ser útil, visto que pode ter influenciado as respostas dos sujeitos, ao não permitir que as suas representações sociais mais subtis emergissem;

- A manutenção do item 19 (“Uma mulher deve retirar a queixa dos maus tratos contra o marido sempre que este lhe peça desculpa pelo que fez”) da ECVC pode ter influenciado negativamente os valores desta escala, visto que ocorreu uma alteração da lei e se a vítima apresentar queixa por violência conjugal já não a poderá retirar. Sendo assim, propomos a retirada deste item;

- Por último, a inexistência de uma estrutura factorial clara, tanto para o QRVC-HIS como para a ECVC, não permite que tenhamos dados mais específicos sobre os tipos de crenças que os sujeitos possuem relativamente à violência conjugal.

Sugestões para pesquisas futuras

Como sugestões para futuras investigações, recomendamos que seja prosseguido o estudo dos instrumentos utilizados, nomeadamente do QRVC-HIS. Na sua construção esteve a preocupação de que este permitisse, não só a identificação da existência de atribuições legitimadoras da violência conjugal, mas também o desejo de identificar diferentes tipos de crenças. A análise que realizámos não permitiu a identificação de factores distintos, razão pela qual consideramos oportuno continuar este trabalho.

A aplicação do instrumento a uma amostra mais alargada de sujeitos,

nomeadamente da população geral, poderia constituir-se fundamental para a realização de análises comparativas.

Seria igualmente interessante saber que tipos de representações sociais se encontram associadas a populações em que o fenómeno da violência conjugal permanece “invisível” (e.g. entre casais homossexuais, entre casais com alguma limitação física ou psicológica).

VI - Conclusões

A violência no casal é hoje reconhecida como uma manifestação da desigualdade histórica da relação de poder entre os sexos, uma forma de discriminação da tradicional concepção de subordinação e inferioridade da mulher, onde os seus direitos foram sendo constantemente violados. Se antes a análise do fenómeno se focava, quase exclusivamente, no agressor e/ou na vítima, emerge agora a necessidade de compreender a dinâmica das relações violentas à luz de uma perspectiva multidimensional, enfatizando-se que as causas da violência podem ser múltiplas e interdependentes.

Neste sentido, torna-se fundamental analisar as representações sociais acerca da violência conjugal para se compreender até que ponto, o aumento da visibilidade do fenómeno se traduz numa mudança de mentalidades e de estratégias de prevenção e de intervenção. O desenvolvimento bem sucedido de programas de prevenção e intervenção pode depender de um entendimento mais completo da relação existente entre as representações sociais, os comportamentos e os factores que possam estar associados a uma maior banalização da violência.

O presente estudo tinha como principal objectivo compreender em que medida as representações sociais em relação à violência no casal, por parte de futuros profissionais de psicologia, são tradutoras duma maior ou menor legitimação dos comportamentos violentos. Dada a importância do papel do psicólogo na identificação, avaliação e no acompanhamento de casos de violência conjugal, torna-se relevante saber o que pensam sobre o tema e, em que medida, a formação adquirida influencia as suas representações.

Na análise dos resultados destaca-se a diferença entre estudantes do primeiro e do quinto ano, no sentido de uma menor legitimação da violência conjugal nestes últimos, o que nos leva a considerar a influência da formação recebida no âmbito do mestrado integrado. Assim, tal como os

Violência conjugal: representações sociais e atribuições numa amostra de Estudantes de Psicologia do Mestrado Integrado.

sujeitos da amostra enfatizaram, a educação e sensibilização dos jovens para esta problemática, poderá constituir um importante factor de prevenção/resolução dos comportamentos violentos na relação de casal. Os sujeitos do nosso estudo aceitam mais a violência quando o casal é mais velho e a mulher é agressora. Além disso, os alunos do quinto ano parecem estar mais sensibilizados para a existência de violência na gravidez, condenando-a, enquanto os alunos do primeiro ano consideram improvável a agressão conjugal a mulheres grávidas, estando, no entanto mais sensibilizados para a ocorrência de violência nas famílias com um estatuto socio-económico elevado, comparativamente aos alunos finalistas.

A amostra do nosso estudo evidencia atribuições concordantes com a literatura quanto ao “consumo de álcool/ drogas” e aos “antecedentes de violência na família de origem” como factores de risco da violência conjugal. Relativamente à manutenção da violência, os sujeitos atribuem a responsabilidade principalmente à vítima e, aparentemente, não concordam com a sua permanência no lar em favor da coesão familiar. Os estudantes enfatizam também a importância da denúncia, bem como a necessidade de uma maior propagação de informações acerca da temática.

Importa ainda salientar o facto de não se terem encontrado diferenças estatisticamente significativas entre as diferentes áreas de residência, o que poderá contribuir para a desmistificação da crença de que existe uma maior ocorrência e legitimação da violência conjugal nas regiões predominantemente rurais.

O facto de os estudantes de psicologia possuírem uma maior formação ao nível do ciclo de vida familiar, particularmente os alunos finalistas, poderá levar a que tenham outra perspectiva sobre a temática, sendo menos legitimadores da violência em comparação com outras amostras, nomeadamente com as dos profissionais de justiça do estudo de Correia (2008) e de Camelo (2009), não partilhando algumas das representações que a sociedade em geral parece sustentar. Contudo, seria importante comparar os resultados obtidos com uma amostra da população geral, para se poder consolidar a ênfase da formação, como um importante factor de modelação das representações sociais e de prevenção/resolução da violência no casal.

Bibliografia

Alarcão, M. (2006). *(Des)Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editora (trabalho original publicado em 2000).

Alexander, R. (1993). Wife battering: An australian perspective. *Journal of Family Violence*, 8 (3), 229 – 245.

Alhabib, S., Nur, U., & Jones, R. (2010). Domestic violence against women: systematic review of prevalence studies. *Journal of Family Violence*, 25 (4), 369 - 382.

Andolfi, M. (2002). *A crise do casal: uma perspectiva sistémico-relacional*. Porto Alegre: Arimed Editora.

Antunes, M. (2003). Violência e vítimas em contexto doméstico. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crimes*. Vol I: Adultos (pp. 43 – 77). Coimbra: Quarteto.

APAV (1999). *Manual Alcipe*. Para o entendimento de mulheres vítimas de violência. Retirado a 30 de Outubro, 2009, em http://www.apav.pt/pdf/alcipe_compreender.pdf

Arruda, A. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de género. *Cadernos de Pesquisa*, 117, 127-147.

Barbaro, B., Drozdowicz, L., Janusz, B., Gdowska, K., Dembinska, E., Kolbik, I., & Furgal, M. (2008). Multi-couple reflecting team: preliminary report. *Journal of Marital and Family Therapy*, 34 (3), 287 – 297.

Browne, K., & Herbert, M. (1997). *Preventing Family Violence*. New York: Wiley and Sons.

Caetano, R., Vaeth, P., & Ramisetty-Mikler, S. (2008). Intimate Partner Violence Victim and Perpetrator Characteristics Among Couples in the United States. *Journal of Family Violence*, 23 (1), 507-518.

Caillé, P. (1991). *Un et un font trois. Le couple révélé à lui-même*. Paris: ESF.

Camelo, A. (2009). *Representações sobre a violência conjugal. Estudo exploratório com uma amostra de profissionais da CPCJ*. (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Carlson, B., & Worden, A. (2005). Attitudes and beliefs about domestic violence: results of a public opinion survey: I. definitions of

domestic violence, criminal domestic violence, and prevalence. *Journal of Interpersonal Violence*, 20 (10), 1197-1218.

Casimiro, C. (2002). Representações sociais da violência conjugal. *Análise Social*, 37 (163), 603-630.

Correia, A.T. (2008). *Crenças em torno da violência conjugal: Estudo exploratório junto de advogados, magistrados, auditores de justiça e estudantes de direito*. (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Costa, D. (2005). *Percepção social de mulher vítima de violência conjugal: Estudo exploratório realizado no concelho de Lisboa*. Lisboa: ISCSP-UTL.

Cranwell S. M., Kolodinsky, J. M., Carson, G., Schmidt, F., Larson, M., & MacLachlan, C. (2007). Short term change in attitude and motivating factors to change abusive behavior of male batterers after participating in a group Intervention program based on the pro-feminist and cognitive-behavioral approach. *Journal of Family Violence*, 22 (2), 91-100.

Dias, I. (2004b). Violência sobre as mulheres e os idosos. *Psychologica*, 36, 33-61.

Dobash, E., & Dobash, R. (1998). Violent men and violent contexts. In E. Dobash & R. Dobash (Eds.). *Rethinking violence against women* (pp. 141-168). Thousand Oaks: Sage Publications.

Douglas, M. A., & Strom, J. (1988). Cognitive therapy with battered women. *Journal of Rational – Emotive & Cognitive-Behavior Therapy*, 6 (1-2), 33-49.

Emery, C. (2010). Examining an Extension of Johnson's Hypothesis: Is Male Perpetrated Intimate Partner Violence More Underreported than Female Violence? *Journal of Family Violence* 25 (2), 173-181.

Felson, R., & Messner, S. (2002). The control motive in intimate partner violence. *Social Psychology Quarterly*, 63 (1), 86 – 94.

Greene, K., & Bogo, M. (2002). The different faces of intimate violence: Implications for assessment and treatment. *Journal of Marital and Family Therapy*, 28 (4), 455-466.

Greenspun, W. (2000). *Couples on the fault line new directions for therapists* (pp. 152 – 177). Nova Iorque: The Guilford Press.

Hamberger, L.K., & Hastings, J.E. (1986) Personality correlates of men who abuse their partners: A cross-validation study. *Journal of Family Violence, 1* (4), 323–341.

Hotaling, G., & Sugarman, D. (1986). An analysis of risk markers in husband to wife violence: the current state of Knowledge. *Violence and Victims, 1* (2), 101-124.

Hydén, M. (1995). Verbal aggression as prehistory of woman battering. *Journal of Family Violence, 10* (1), 55 – 71.

Johnson, H. (1998). Rethinking survey research on violence against women. In E. Dobash & R. Dobash (Eds.). *Rethinking violence against women* (pp. 23-51). Thousand Oaks: Sage Publications

Johnson, M. (2005). Domestic violence: It's not about gender – or is it? *Journal of Marriage and Family, 67* (5), 1126 – 1130.

Johnson, M., & Ferraro, K. (2000). Research on domestic violence in the 1990s: Making distinctions. *Journal of Marriage and the Family, 62* (4), 948 – 963.

Kantor, G., & Jasinski, J. (1998). Dynamics and risk factors in partner violence. In J. Jasinski & L. Williams (Eds.). *Partner violence, a comprehensive review of 20 years of research* (pp.1-43). Thousand Oaks: Sage Publications.

Lempert, B. L. (1996). Women's strategies for survival: developing agency in abusive relationships. *Journal of Family Violence, 11* (3), 269 – 288.

Levine, L. (1986). Sociocultural causes of family violence: a theoretical comment. *Journal of Family Violence, 1* (1), 3 – 12.

Locke, L., & Richman, C. (1999). Attitudes toward domestic violence: Race and gender issues. *Sex Roles, 40* (3-4), 227-247.

Lourenço, M. (2006). *Casal: conjugalidade e ciclo evolutivo*. Dissertação de doutoramento em Psicologia Clínica e da Saúde, Universidade de Coimbra.

Lourenço, N., Lisboa, M., & Pais, E. (1997). *Violência contra as mulheres*. Lisboa: CIDM.

Machado, C., Caridade, S., & Martins, C. (2010). Violence in juvenile dating relationships self-reported. Prevalence and attitudes in a portuguese sample. *Journal of Family Violence, 25* (1), 43 – 52.

Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. (2008). Escala de crenças sobre a violência conjugal (ECVC). In L. S. Almeida, M. R. Simões, C. Machado, & M. M. Gonçalves (Coords). *Avaliação psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa – Volume II* (pp. 134-149). Coimbra: Quarteto Editora.

Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, 33, 69-83.

Maroco, J. (2007). *Análise estatística - Com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo (trabalho original publicado em 2003).

Matos, M. (2003). Violência conjugal. In Carla Machado & R. Abrunhosa Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crimes. Vol 1: Adultos* (pp. 83-130). Coimbra: Quarteto.

McKeel, A., & Sporkowski, M. (1993). How shelter counselors views about responsibility for wife abuse relate to services they provide to battered women. *Journal of Family Violence*, 8 (2), 101 – 111.

Miller, R., Yorgason, J., Sandberg, J., & White, M. (2003) Problems that couples bring to therapy: a view across the family life cycle. *American Journal of Family Therapy*, 31 (5), 395-407.

Moscovici, S. (1972). *Introduction à la psychologie sociale*. Vol I: livres sciences humaines et sociaux. Paris: Librairie Larousse.

Nabors, E., Dietz, T., & Jasinski, J. (2006). Domestic violence beliefs and perceptions among college students. *Violence and Victims*, 21 (6), 779-795.

Neves, S. (2008). *Amor, poder e violências na intimidade*. Coimbra: Quarteto.

Neves, S., & Nogueira, C. (2004). Terapias feministas, intervenção psicológica e violências na intimidade: uma leitura feminista crítica. *Psychologica*, 36, 15-32.

Perrone, R., & Nannini, M. (1997). *Violencia y abusos sexuales en la familia*. Buenos Aires: Paidós.

Porto, M. (2006). Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, 16, 250-273.

Rapoza, K., & Baker, A. (2008). Attachment styles, alcohol and childhood experiences of abuse. An analyses of physical violence in dating

couples. *Violence and Victims*, 23 (1), 52-65.

Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital da família, perspectiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento

Root, M. (1992). Reconstructing the impact of trauma on personality. In L. Brown & M. Ballou (Eds.). *Personality and psychopathology, feminist reappraisals* (pp. 229-265). New York: The Guilford Press.

Saunders, D., Lynch, A., Grayson, M., & Linz, D. (1987). The Inventory of Beliefs about Wife Beating: The Construction and Initial Validation of a Measure of Beliefs and Attitudes. *Violence and Victims*, 2 (1), 39 – 57.

Silva, L., Figueiredo, E., & Ferreira, I. (1983). Violência na família. *O médico*, 109 (34), 322 – 333.

Skinner, R., & Cleese, J. (1983). *Famílias e como (sobre)viver com elas*. Porto: Edições Afrontamento.

Spink, M. (1993). O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, 9 (3), 300-308.

Steinmetz, S. K. (1980). Women and violence: Victims and perpetrators. *American Journal of Psychotherapy*, 34 (3), 334-350.

Storaasli, R. D., & Markman, H. J. (1990). Relationship problems in the premarital and early stages of marriage: A test of family development theory. *Journal of Family Psychology*, 2, 80-98.

Sugarman, D., & Frankel, S. (1996). Patriarchal ideology and wife assault: A metaanalytic review. *Journal of Family Violence*, 11 (1), 13-40.

Swan, S., Gambone, L., Caldweel, J., Sullivan, T., & Snow, D. (2008). A review of research on women's use of violence with male intimate partners. *Violence and Victims*, 23 (3), 301 – 314.

Vala, J. (2004). Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In J. Vala & M. B. Monteiro (Coords.), *Psicologia social* (pp. 457-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (trabalho original publicado em 1993).

Walker, L. (1991). Post-traumatic stress disorder in women: diagnosis and treatment of battered woman syndrome. *Psychotherapy*, 28 (1), 21 – 29.

Webb, W. (1992). Treatment issues and cognitive behavior techniques with battered women. *Journal of Family Violence*, 7 (3), 205 – 217.

Widom, C. (1989). The cycle of violence. *Science*, 244 (4901), 160–

166.

Winstead, B., Derlega, V., & Rose, S. (1997). Gender and close relationships. Thousand Oaks: Sage.

Worden, A., & Carlson, B. (2005). Attitudes and beliefs about domestic violence: Results of a public opinion survey: II. Beliefs about causes. *Journal of Interpersonal Violence*, 20 (10), 1219-1243.

Anexos

Anexo 1: Protocolo

- a. Carta de Apresentação do Protocolo e Consentimento Informado
- b. Questionário Demográfico

Anexo 2: Caracterização da amostra por sub-amostras

Anexo 3: Características Psicométricas dos Instrumentos

- a. Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS)
- b. Escala de crenças sobre a Violência Conjugal (ECVC)
- c. Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR)

Anexo 4: Análise factorial do Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR)

Anexo 5: Normalidade (QRVC-HIS; ECVC; QVC-CMR)

Anexo 6: Homogeneidade (ECVC)

Anexo 7: Influência das Variáveis sócio-demográficas nas representações sociais em torno da violência conjugal – Análise descritiva das respostas dos sujeitos

Anexos

Anexo 1- Protocolo de investigação

Anexo 1/a

Carta de Apresentação do Protocolo e Consentimento Informado

INFORMAÇÃO AOS PARTICIPANTES

Nome da investigação: Concepções sobre padrões relacionais violentos na conjugalidade

Esta investigação tem como objectivo: identificar aspectos socialmente considerados como importantes e mais ou menos aceitáveis na regulação das relações conjugais.

A colaboração de todos os participantes é **VOLUNTÁRIA**. É absolutamente garantido o **ANONIMATO** e a **CONFIDENCIALIDADE** dos resultados. Para tal, a cada protocolo será atribuído um código, composto por letras e números, e os resultados serão inseridos em bases de dados para tratamento estatístico dos dados globais.

Caso pretenda receber posterior informação sobre os seus próprios resultados, deixe o seu contacto no espaço que é destinado a tal, no fim da folha de consentimento informado.

O seu contributo é extremamente importante, uma vez que permitirá validar instrumentos de avaliação psicológica para a população portuguesa, bem como obter um conhecimento específico sobre as temáticas abordadas neste projecto.

Em nenhum dos instrumentos a que vai responder há respostas certas ou erradas. Apenas lhe é pedido que responda de acordo com o que considera que melhor corresponde à sua própria opinião. Por favor, leia com atenção e não deixe nenhum item por responder. É importante que o preenchimento destes instrumentos respeite a ordem por que são apresentados.

A equipa deste projecto está imensamente grata pela sua disponibilidade e colaboração.

Poderá contactar connosco para mais esclarecimentos

Nome: Liliana Paiva e Rute Aguilar

Instituição: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

E-mail: liliana_maiapaiva@hotmail.com e ruteaguilar@hotmail.com

Responsáveis pelo projecto global:

Nome: Isabel Marques Alberto

e-mail: isamaria@fpce.uc.pt

malarcao@fpce.uc.pt

Nome: Madalena Alarcão

e-mail:

CONSENTIMENTO

Eu, _____,
declaro ter sido informado(a) sobre a natureza e procedimentos da presente
investigação, bem como sobre as garantias de anonimato e
confidencialidade. Assim, aceito responder ao protocolo que me foi
apresentado.

Coimbra, ____ de _____, de 200__

(Assinatura)

Anexo 1/b
Questionário demográfico

Questionário demográfico

Código: _____ data aplicação: ___/___/___
(dia) (mês) (ano)

1. Idade: ___ 2. Género: Fem ___/Masc ___

3. Profissão: _____ 4. Nível de escolaridade: _____

5. Estado civil:

Solteiro: _____;

Casado: _____ data: _____

Viúvo: _____ data: _____

Divorciado: _____ data: _____

Recasado: _____ data: _____

6. Filhos: NÃO ___/SIM ___ Se SIM, quantos: _____

7. Local de residência (indique apenas a terra/local): _____

8. Conhece algum caso de violência conjugal? Sim Não

Se SIM: família nuclear ; família alargada ; amigos ; vizinhos ; colegas ; outro (especifique) _____

9. Viveu pessoalmente e directamente alguma situação de violência conjugal? Sim Não

Se SIM: como vítima ; como agressor(a) ; ambas as condições

10. Viveu pessoalmente e directamente alguma situação de violência no namoro? Sim Não

Se SIM: como vítima ; como agressor(a) ; ambas as condições

11. No caso de resposta afirmativa nas duas últimas questões:

Partilhou com alguém: com quem _____

Pediu ajuda: a quem? _____

Denunciou a entidade competente na matéria, qual _____

Não disse a ninguém

Deixou a relação

Anexo 2- Caracterização da Amostra por sub-amostras

Tabela 1. Distribuição dos participantes por género

		Grupo		
		1ºano	5ºano	Total
Género	Feminino	126	72	198
	Masculino	16	9	25
	Total	142	81	223

Tabela 2. Distribuição dos participantes por idades

		Grupo		
Idade		1ºano	5º ano	Total
17		3	0	3
18		77	0	77
19		35	0	35
20		10	0	10
21		1	2	3
22		2	33	35
23		2	28	30
24		0	2	2
25		3	6	9
26		2	1	3
27		1	0	1
28		0	1	1
29		0	5	5
30		0	1	1
33		1	0	1
34		0	1	1
35		1	0	1
36		2	0	2
37		0	1	1
38		1	0	1
42		1	0	1
Total		142	81	223

Tabela 3. Distribuição dos participantes por estado civil

		Grupo		
		1ºano	5º ano	Total
Estado civil	solteiro	138	79	217
	casado ou união de facto	3	2	5
	viúvo	1	0	1
Total		142	81	223

Tabela 4. Distribuição dos participantes por local de residência

		Grupo		
		1ºano	5ºano	Total
Local Residência	predominante/urbano	81	55	136
	o mediana/ urbano	33	20	53
	predominante/ rural	27	6	33
Total		141	81	222

Tabela 5. Distribuição dos participantes por conhecimento de algum caso de violência conjugal

		Grupo		
		1ºano	5ºano	Total
Conhece caso violência conjugal	não	83	46	129
	sim	59	35	94
Total		142	81	223

Tabela 6. Quem conhece

		Grupo		
		1ºano	5ºano	Total
Quem conhece	família nuclear	2	3	5
	família alargada	16	7	23
	amigos	11	5	16
	vizinhos	16	9	25
	colegas	2	3	5
	outro	7	3	10
	vários	5	5	10
Total		59	35	94

Tabela 7. Distribuição dos participantes por vivência de violência conjugal

		Grupo		
		1ºano	5ºano	Total
Viveu v.c.	Não	140	81	221
	Vítima	2	0	2
Total		142	81	223

Tabela 8. Distribuição dos participantes por vivência de violência no namoro

		Grupo		
		1ºano	5ºano	Total
Viveu violência namoro	Não	134	73	207
	Vítima	4	6	10
	Ambos	4	2	6
Total		142	81	223

Tabela 9. Partilha a violência

		Grupo		
		1ºano	5ºano	Total
Partilha v.c.		6	6	12
Total		6	6	12

Tabela 10. Pede ajuda

		Grupo		
		1ºano	5ºano	Total
Pede ajuda	sim	1	1	2
Total		1	1	2

Tabela 11. Denuncia a violência

		Grupo		
		1ºano	5ºano	Total
Denuncia	não disse a ninguém	1	1	2
	APAV	1	0	1
Total		2	1	3

Tabela 12. Abandona a relação

		Grupo		
		1ºano	5ºano	Total
Deixou relação	sim	7	4	11
Total		7	4	11

Anexo 3- Características psicométricas dos instrumentos

Anexo 3/a

Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS)

Tabela 13. Item-Total Statistics

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item-Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
QRVCHIS 11	41,21	84,798	,329	,913
QRVCHIS 12	41,06	82,066	,536	,910
QRVCHIS 13	41,15	83,925	,438	,912
QRVCHIS 14	41,21	84,370	,470	,912
QRVCIS 15	41,07	83,311	,408	,912
QRVCHIS16	40,37	80,578	,339	,916
QRVCHIS17	41,24	84,730	,441	,912
QRVCHIS18	40,80	80,879	,496	,911
QRVCHIS19	40,90	81,716	,470	,911
QRVCHIS110	41,16	83,811	,422	,912
QRVCHIS21	40,75	80,988	,537	,910
QRVCHIS22	40,80	79,270	,663	,908
QRVCHIS23	40,82	80,332	,597	,909
QRVCHIS24	40,71	80,271	,557	,910
QRVCHIS25	40,50	79,433	,459	,912
QRVCHIS26	40,81	81,206	,461	,911
QRVCHIS27	40,85	80,164	,623	,909
QRVCHIS28	40,14	80,068	,422	,913
QRVCHIS29	40,83	79,284	,630	,908
QRVCHIS210	40,77	79,032	,670	,908
QRVCHIS31	40,88	80,516	,531	,910
QRVCHIS32	40,50	79,935	,485	,911
QRVCHIS33	41,13	83,304	,460	,911
QRVCHIS34	41,13	82,891	,572	,910
QRVCHIS35	40,98	82,018	,436	,912
QRVCHIS36	41,01	82,665	,456	,911
QRVCHIS37	41,08	82,049	,641	,909
QRVCHIS310	41,02	81,628	,564	,910

Tabela 14. Alpha de Cronbach para QRVC-HIS Total (n=30 itens)

<i>Alpha de Cronbach</i>	<i>Alpha de Cronbach baseado em itens estandardizados</i>	N
.914	.922	30

Tabela 15. Alpha de Cronbach para a História 1 (n=10 itens)

<i>Alpha de Cronbach</i>	<i>Alpha de Cronbach baseado em itens estandardizados</i>	N
.724	.773	10

Tabela 16. *Alpha de Cronbach* para a História 2 (n=10 itens)

<i>Alpha de Cronbach</i>	<i>Alpha de Cronbach</i> baseado em itens estandardizados	N
.860	.871	10

Tabela 17. *Alpha de Cronbach* para a História 3 (n=10 itens)

<i>Alpha de Cronbach</i>	<i>Alpha de Cronbach</i> baseado em itens estandardizados	N
.830	.848	10

Escala de crenças sobre a Violência Conjugal (ECVC)

Tabela 18. Item-Total Statistics

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
ECVC1	34,68	79,022	,231	,874
ECVC2	35,53	79,508	,431	,867
ECVC3	34,97	76,452	,480	,865
ECVC4	35,49	77,210	,441	,866
ECVC5	35,57	78,916	,376	,868
ECVC6	34,76	75,714	,421	,868
ECVC7	35,65	79,531	,538	,866
ECVC8	35,33	76,448	,540	,864
ECVC9	35,60	78,195	,528	,865
ECVC10	35,00	75,054	,512	,864
ECVC11	35,28	76,736	,480	,865
ECVC12	35,21	76,418	,188	,888
ECVC13	35,56	77,107	,517	,864
ECVC14	35,69	79,600	,484	,867
ECVC15	35,31	76,657	,459	,866
ECVC16	35,36	77,299	,495	,865
ECVC17	35,49	77,292	,578	,863
ECVC18	34,98	74,909	,539	,863
ECVC19	35,62	78,183	,537	,865
ECVC20	35,54	77,698	,536	,864
ECVC21	35,36	76,720	,507	,864
ECVC22	35,49	78,115	,490	,865
ECVC23	35,54	76,928	,589	,863
ECVC24	35,70	79,151	,639	,865
ECVC25	35,63	80,460	,283	,870

Tabela 19. Alpha de Cronbach para a ECVC

<i>Alpha de Cronbach</i>	<i>Alpha de Cronbach baseado em itens estandardizados</i>	N
.871	.897	25

**Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução
(QVC-CMR)**

Tabela 20. Alpha de Cronbach para o QVC-CMR: factor de activação (n=14 itens)

<i>Alpha de Cronbach</i>	<i>Alpha de Cronbach</i> baseado em itens estandardizados	N
.828	.831	14

Tabela 21. Alpha de Cronbach para o QVC-CMR: factor de manutenção (n=14 itens)

<i>Alpha de Cronbach</i>	<i>Alpha de Cronbach</i> baseado em itens estandardizados	N
.804	.808	14

Tabela 22. Alpha de Cronbach para o QVC-CMR: factor de resolução (n=14 itens)

<i>Alpha de Cronbach</i>	<i>Alpha de Cronbach</i> baseado em itens estandardizados	N
.601	.761	14

Tabela 23. Item-Total Statistics (Factores de activação)

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
QVCCMR11	31,81	30,931	,514	,813
QVCCMR12	31,98	32,415	,279	,831
QVCCMR13	32,01	31,899	,394	,822
QVCCMR14	31,64	32,770	,300	,828
QVCCMR15	32,29	30,719	,432	,820
QVCCMR16	31,84	30,074	,627	,806
QVCCMR17	31,75	31,889	,368	,824
QVCCMR18	32,39	31,280	,502	,815
QVCCMR19	32,48	31,356	,504	,815
QVCCMR110	31,78	29,900	,635	,805
QVCCMR111	31,53	32,424	,333	,826
QVCCMR112	31,55	31,417	,493	,815
QVCCMR113	31,90	30,218	,581	,809
QVCCMR114	32,61	31,115	,508	,814

Tabela 24. Item-Total Statistics (Factores de Manutenção)

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
QVCCMR21	39,16	27,268	,384	,795
QVCCMR22	39,41	26,505	,414	,793
QVCCMR23	39,78	26,382	,399	,794
QVCCMR24	39,51	26,638	,335	,799
QVCCMR25	39,62	26,065	,484	,788
QVCCMR26	39,80	26,198	,370	,797
QVCCMR27	39,63	25,532	,537	,783
QVCCMR28	39,47	26,295	,384	,795
QVCCMR29	39,85	25,616	,428	,792
QVCCMR210	40,03	26,378	,373	,796
QVCCMR211	39,93	25,112	,474	,788
QVCCMR212	39,56	25,743	,504	,786
QVCCMR213	39,34	26,395	,510	,787
QVCCMR214	40,14	26,268	,395	,794

Tabela 25. Item-Total Statistics (Factores de Resolução)

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
QVCCMR31	41,70	27,821	,381	,567
QVCCMR32	41,69	27,328	,401	,562
QVCCMR33	41,31	28,812	,385	,576
QVCCMR34	41,97	28,931	,211	,588
QVCCMR35	41,29	28,498	,436	,571
QVCCMR36	41,99	28,222	,220	,586
QVCCMR37	41,67	27,869	,383	,567
QVCCMR38	42,03	27,940	,290	,576
QVCCMR39	41,34	21,057	,106	,756
QVCCMR310	42,54	27,797	,331	,571
QVCCMR311	42,40	27,263	,372	,564
QVCCMR312	42,33	27,101	,396	,560
QVCCMR313	41,71	28,461	,321	,576
QVCCMR314	41,26	29,217	,355	,581

Anexo 4 - Análise factorial do Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR)

Tabela 26. *KMO* e Teste de Esfericidade de *Bartlett*

	<i>KMO</i>	
Teste de esfericidade de <i>Bartlett</i>	Qui-quadrado aprox.	,884
	Df	2707,218
	Sig.	435
		,000

Scree Plot

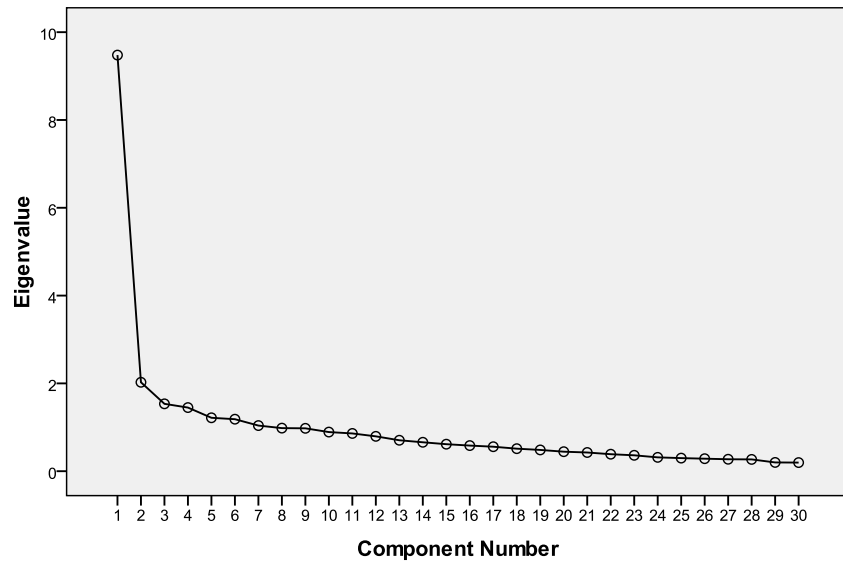


Tabela 27. Component Matrix

	Component						
	1	2	3	4	5	6	7
QRVCHIS37	,713						
QRVCHIS22	,710						
QRVCHIS210	,710						
QRVCHIS29	,677	-,396					
QRVCHIS27	,661	-,338					
QRVCHIS23	,640	-,317					
QRVCHIS38	,637		-,373				
QRVCHIS39	,637	,422					
QRVCHIS310	,635	,368					
QRVCHIS34	,628						
QRVCHIS24	,600	-,319					
QRVCHIS 12	,597	,320					
QRVCHIS31	,578				,389		
QRVCHIS21	,576	-,543					
QRVCHIS18	,545						
QRVCHIS32	,524						,345
QRVCHIS 14	,522				-,498		
QRVCHIS33	,520					-,371	
QRVCHIS19	,516						
QRVCHIS 13	,499	,394					
QRVCHIS17	,498			-,384			,320
QRVCHIS26	,489		,349				
QRVCHIS25	,481			,373		,334	
QRVCHIS36	,477			,595			
QRVCHIS35	,471					,452	
QRVCHIS110	,466		,557			-,392	
QRVCHIS 15	,447				,343	,358	
QRVCHIS 11	,370				-,348		,324
QRVCHIS16	,351		,424		,362		-,437

Anexo 5 - Normalidade (QRVC-HIS; ECVC; QVC-CMR)

Tabela 28. Testes de normalidade para o QRVC-HIS, para o QVC-CMR e para a ECVC

	Género	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
		Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Hist1	Feminino	,163	187	,000	,886	187	,000
	masculino	,179	24	,045	,904	24	,026
Hist2	Feminino	,088	187	,001	,951	187	,000
	masculino	,092	24	,200*	,946	24	,224
Hist3	Feminino	,191	187	,000	,860	187	,000
	masculino	,149	24	,177	,881	24	,009
QRVC-HIS total	Feminino	,102	187	,000	,940	187	,000
	masculino	,133	24	,200*	,954	24	,322
Fact.activ.	Feminino	,098	187	,000	,966	187	,000
	masculino	,125	24	,200*	,939	24	,158
Fact.manut.	Feminino	,085	187	,002	,986	187	,062
	masculino	,125	24	,200*	,953	24	,310
Fact.resol.	Feminino	,077	187	,008	,892	187	,000
	masculino	,178	24	,047	,938	24	,148
Ecvctotal	Feminino	,128	187	,000	,928	187	,000
	masculino	,124	24	,200*	,941	24	,172

Anexo 6 - Homogeneidade (ECVC)

Tabela 29. Teste da homogeneidade da variância para a ECVC

	F	Sig.
ECVC	-2,265	,001

Anexo 7 - Influência das Variáveis sócio-demográficas nas representações sociais em torno da violência conjugal – Análise descritiva das respostas dos sujeitos

Tabela 30. Variável “Local de Residência”

	Local Residência	N	Mean Rank
Hist1	predominante/urbano	135	108,57
	mediana/ urbano	52	118,16
	predominante/ rural	33	106,33
	Total	220	
Hist2	predominante/urbano	132	102,50
	mediana/ urbano	53	117,84
	predominante/ rural	32	121,16
	Total	217	
Hist3	predominante/urbano	136	107,89
	mediana/ urbano	53	119,19
	predominante/ rural	33	114,03
	Total	222	
QRVC-HIS total	predominante/urbano	131	102,03
	mediana/ urbano	52	117,86
	predominante/ rural	32	116,44
	Total	215	
Fact.activ.	predominante/urbano	133	111,30
	mediana/ urbano	53	112,60
	predominante/ rural	33	100,59
	Total	219	
Fact.manut.	predominante/urbano	136	118,01
	mediana/ urbano	53	105,19
	predominante/ rural	33	94,80
	Total	222	
Fact.resol.	predominante/urbano	135	115,45
	mediana/ urbano	53	95,99
	predominante/ rural	33	116,89
	Total	221	
Ecvctotal	predominante/urbano	135	109,20
	mediana/ urbano	53	118,40
	predominante/ rural	33	106,50
	Total	221	

Tabela 31. Variável "Gênero"

	Gênero	N	Mean Rank
Hist1	Feminino	196	106,45
	masculino	25	146,70
	Total	221	
Hist2	Feminino	194	106,20
	masculino	24	136,17
	Total	218	
Hist3	Feminino	198	108,26
	masculino	25	141,66
	Total	223	
QRVC-HIS total	Feminino	192	104,19
	masculino	24	143,00
	Total	216	
Fact.activ.	Feminino	195	110,23
	masculino	25	112,62
	Total	220	
Fact.manut.	Feminino	198	113,72
	masculino	25	98,34
	Total	223	
Fact.resol.	Feminino	197	112,90
	masculino	25	100,48
	Total	222	
Ecvctotal	Feminino	197	108,20
	masculino	25	137,48
	Total	222	

Tabela 32. Variável "conhece caso de violência conjugal"

	Conhece caso de violência conjugal	N	Mean Rank
Hist1	não	128	116,81
	sim	93	103,00
	Total	221	
Hist2	não	125	116,08
	sim	93	100,66
	Total	218	
Hist3	não	129	121,84
	sim	94	98,49
	Total	223	
QRVC-HIS total	não	124	116,81
	sim	92	97,30
	Total	216	
Fact.activ.	não	128	113,72
	sim	92	106,02
	Total	220	
Fact.manut.	não	129	113,93
	sim	94	109,36
	Total	223	
Fact.resol.	não	129	118,16
	sim	93	102,26
	Total	222	
Ecvctotal	não	128	119,22
	sim	94	100,99
	Total	222	

Tabela 33. Variável "viveu violência no namoro"

	Viveu violência no namoro	N
Hist1	não	205
	vítima	10
	ambos	6
	Total	221
Hist2	não	202
	vítima	10
	ambos	6
	Total	218
Hist3	não	207
	vítima	10
	ambos	6
	Total	223
QRVC-HIS total	não	200
	vítima	10
	ambos	6
	Total	216
Ecvctotal	não	206
	vítima	10
	ambos	6
	Total	222
Fact.activ.	não	204
	vítima	10
	ambos	6
	Total	220
Fact.manut.	não	207
	vítima	10
	ambos	6
	Total	223
Fact.resol.	não	206
	vítima	10
	ambos	6
	Total	222